

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 5 de maio de 2026 • Nº 2290 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## Especial

Apólice por uso avança no Brasil com apoio de dados

PÁGINA 12

## EUA

### Desaprovação de Trump atinge novo recorde

A taxa de desaprovação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atingiu um novo recorde, segundo uma pesquisa do Washington Post-ABC News-Ipsos, divulgada no domingo. O levantamento mostrou que a desaprovação de Trump está em 62%, o maior nível já registrado em seus dois mandatos, enquanto a aprovação é de 37%. A pesquisa foi realizada online entre 24 e 28 de abril, com 2 560 adultos nos EUA, contatados pelo Ipsos KnowledgePanel. Os resultados, que têm margem de erro de cerca de dois pontos percentuais, foram publicados pelo jornal The Washington Post. Os entrevistados foram questionados se aprovavam ou desaprovavam a maneira como Trump tem lidado com questões-chaves. **PÁGINA 12**

## STF

### Dosimetria: Moraes nega pedido de pena menor

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem um pedido da defesa da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como "Débora do Batom", de redução da pena com base na aprovação do PL da Dosimetria no Congresso Nacional. Segundo Moraes, o pedido não se aplica porque a medida ainda não está em vigor. O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de lei que permite a diminuição das penas impostas a condenados por crimes contra a democracia foi derrubado pelo Congresso Nacional na última quinta-feira. Na sexta-feira, a defesa de Débora entrou com o pedido para revisão da pena. **PÁGINA 10**

## DÍVIDAS

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



### Já está em vigor novo programa Desenrola Brasil

O governo federal lançou ontem o Novo Desenrola Brasil, programa que busca ajudar famílias, estudantes e pequenos empreendedores a renegociar dívidas, limpar o nome e recuperar o acesso ao crédito. A nova fase da iniciativa terá duração de 90 dias e prevê descontos de até 90%, juros reduzidos e a possibilidade de uso do FGTS para abatimento de débitos. Formalizada com a assinatura de uma medida provisória pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a estratégia visa promover a reorganização financeira de milhões de brasileiros e ampliar o acesso ao crédito em condições mais favoráveis. Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Lula afirmou que a iniciativa busca aliviar o peso das dívidas e permitir que as pessoas voltem a respirar financeiramente, destacando que não é razoável que restrições de crédito ocorram por débitos de baixo valor. Já o ministro da Fazenda, Dario Durigan, explicou que a ideia do governo é criar mecanismos estruturantes para melhores condições de pagamentos a novas dívidas que venham a ser contraídas.

### Beneficiários não poderão apostar em bets durante 12 meses

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), disse que o comprometimento de renda dos brasileiros com bets, como são chamados os sites de apostas, é um fato. No Desenrola 2.0, pacote de renegociação de dívidas das famílias, os beneficiários não poderão jogar em bets por 12 meses. "O fato é que temos, sim, mesmo no estudo que mostra o menor impacto das bets, um comprometimento da renda das pessoas. Então, nesse modelo de estimular um crédito mais sustentável, o ideal é que a pessoa que se diz endividada - e que, portanto, está precisando de uma ajuda para renegociar a sua dívida - não comprometa a sua renda com joga", comentou Durigan. **PÁGINA 2**

## CÚPULA

### Reunião entre Lula e Trump nos EUA tem peso estratégico, diz Alckmin

RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL



O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (foto) afirmou ontem que o encontro previsto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Washington, esta semana tem peso estratégico para a relação bilateral e para a agenda econômica do Brasil. O presidente Lula tem viagem prevista para Washington na próxima quinta-feira. Segundo Alckmin, a reunião ocorre em um momento em que o comércio e os investimentos com os norte-americanos seguem relevantes para a economia brasileira, especialmente em setores de maior valor agregado. **PÁGINA 10**

## MERCADOS

### Com retomada de risco, Ibovespa cai quase 1%

Após o respiro antes do feriado de 1º de maio - quando obteve ganho de 1,39%, no que foi apenas a segunda alta em 11 sessões (agora 12) desde os recordes de 14 de abril -, o Ibovespa retomou a trilha de correção na abertura de semana, marcada por retomada da aversão a risco sobre o Oriente Médio. Sem o apoio de Petrobras (ON - 0,80%, PN +0,53%), o índice da B3 caiu 0,92% ontem, aos 185.600,12 pontos, com giro a R\$ 26,4 bilhões. Na mínima do dia, foi a 185.537,58 pontos (-0,95%), saindo de abertura 187.317,55 e de máxima a 187.666,20 pontos. No ano, ainda avança 15,19%. Ontem, ataques de drone vindos do Irã provocaram um incêndio de grandes proporções na Zona de Indústrias Petrolíferas de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos. **PÁGINA 2**

## INDICADORES

IBOVESPA -0,61% / 189.578,79 / -1.166,23 / Volume: 20.697.455.549 / Negócios: 3.417.992						Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo						
Mais Negociados						Majores Altas				Majores Baixas				Taxa Selic		IPCA		DÓLAR Ptax - BC		
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.								
BIOM3	7,35	-0,54	-0,04	RCSL4	0,71	+22,41	+0,13	CTAX3	0,570	-18,57	-0,130	Dow Jones	49.310,32	+0,00	R\$ 1.621,00	0,52% (mar.)	Compra: 5,9053	Venda: 6,0853		
CSAN3	5,00	-2,15	-0,11	EMAE4	46,30	+18,78	+7,32	AZTE3	0,320	-11,11	-0,040	S&P 500	7.173,91	+0,12	R\$ 4,9604	0,88% (mar.)	Compra: 5,9053	Venda: 6,0853		
PETR4	47,37	+0,45	+0,21	AZEV4	0,14	+7,69	+0,01	RNEW4	0,97	-11,01	-0,12	NASDAQ Composite	24.887,1	+0,20	14,75%	14,65%	Compra: 4,9700	Venda: -0,76%		
USIM5	8,14	+6,96	+0,53	RCSL3	0,57	+7,55	+0,04	GPSA3	1,34	-10,07	-0,15	Nasdaq 100	27.305,678	+0,01	0,1378%	R\$ 754,41	Compra: 4,9817	Venda: 4,9823		
RAIZ4	0,490	-5,77	-0,030	USIM5	8,14	+6,96	+0,53	VVE03	1,450	-9,38	-0,150	Euronext 100	1.794,09	-0,52	Poupança	0,6385%	Compra: 5,8350	Venda: 5,8396	Compra: 5,0008	Venda: 5,1808
												CAC 40	8.141,92	-0,19						

**MERCADOS**

## Com retomada de risco geopolítico, Ibovespa cai quase 1%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após o respiro antes do feriado de 1º de maio - quando obteve ganho de 1,39%, no que foi apenas a segunda alta em 11 sessões (agora 12) desde os recordes de 14 de abril -, o Ibovespa retomou a trilha de correção na abertura de semana, marcada por retomada da aversão a risco sobre o Oriente Médio.

Sem o apoio de Petrobras (ON -0,80%, PN +0,53%), o índice da B3 caiu 0,92% ontem, aos 185.600,12 pontos, com giro a R\$ 26,4 bilhões. Na mínima do dia, foi a 185.537,58 pontos (-0,95%), saindo de abertura 187.317,55 e de máxima a 187.666,20 pontos. No ano, ainda avança 15,19%.

Ontem, ataques de drone vindos do Irã provocaram um incêndio de grandes proporções na Zona de Indústrias Petrolíferas de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos. À tarde (no Brasil), o órgão de Gestão Nacional de Emergências, Crises e Desastres dos Emirados Árabes Unidos informou que sistemas de defesa aérea respondiam então a uma sexta ameaça de míssil.

Por sua vez, o almirante-chefe do Comando Central dos Estados Unidos, Brad Cooper, afirmou que helicópteros militares norte-americanos afundaram seis pequenas embarcações iranianas que tinham como alvo navios civis no Estreito de Ormuz, no que foi o mais recente teste ao cessar-fogo entre o Irã e os EUA.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o Irã realizou ataques contra embarcações de países "não relacionados" à operação marítima norte-americana no Estreito de Ormuz, incluindo um cargueiro da Coreia do Sul, em meio à escalada de tensões na região. Um navio de bandeira panamenha operado pela Coreia do Sul, no Estreito de Ormuz, explodiu e pegou fogo próximo à costa dos Emirados Árabes Unidos. O Irã também comunicou ter atingido um navio de guerra dos EUA para alertar contra sua entrada em Ormuz.

Em outro desdobramento do dia tenso na região, o centro militar de operações marítimas do Reino Unido relatou incidente a 36 milhas náuticas ao norte de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A embarcação de carga reportou um incêndio na casa de máqui-

nas, cuja causa era a princípio desconhecida.

"Há muitas informações desconhecidas, o que se reflete na aversão a risco, e em semana que traz muitos resultados corporativos, entre os quais de Itaú e Bradesco. Petróleo já transborda para inflação e juros, à medida que prossegue o conflito sem uma solução próxima", diz Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos.

Nesse contexto, na B3, entre as blue chips, apenas Petrobras PN evitou o sinal negativo - e, ainda assim, com desempenho aquém da alta acima de 5% nos contratos mais líquidos do Brent. Principal ação do Ibovespa, Vale ON caiu 3,10% e as perdas entre os maiores bancos chegaram a 2,12% (Bradesco PN) no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Prio (+5,65%), Minerva (+4,74%) e Braskem (+3,83%). No lado oposto, Hapvida (-7,18%), Cyrela (-4,98%) e MRV (-3,47%).

O petróleo WTI para junho, negociado em Nova York, fechou em alta de 4,29% (US\$ 4,48), a US\$ 106,42 o barril. Já o Brent para o mesmo mês, em Londres, subiu 5,8% (US\$ 6,27), a US\$ 114,44 o barril. O Irã afirmou que irá interceptar à força qualquer embarcação que viole suas normas marítimas e voltou a advertir os Estados Unidos a não entrarem na região, após Washington anunciar que passará a "guiar" navios retidos.

"Há muito prêmio de risco nos contratos futuros de petróleo, mas quando vier uma descompressão a tendência é de que voltem muito rapidamente para a faixa de US\$ 80 por barril, mas não para a de US\$ 60, onde estavam antes do conflito", diz Stephan Kautz, economista-chefe da EQI Investimentos, destacando certa resiliência do Brasil à tensão no Oriente Médio, por ser um exportador líquido da commodity.

Assim, mais do que a fatores domésticos, o comportamento dos ativos financeiros continua a ser guiado pelo que acontece no Estreito de Ormuz, com efeito não apenas para as ações e o petróleo, mas também para o câmbio e a curva de juros, com a busca dos investidores por proteção neste prolongado momento de tensão, que já dura mais de dois meses, pontua Gabriel Cecco, especialista da Valor Investimentos.

## Dólar sobe com aumento da tensão no Oriente Médio, mas segue abaixo de R\$ 5,00

ANTONIO PEREZ/AE

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em terreno positivo na tarde de ontem, em sintonia com o comportamento da moeda norte-americana no exterior, e fechou em alta de 0,30%, a R\$ 4,9677. Ativos como bolsas e divisas emergentes sofreram com o aumento da percepção de risco geopolítico após relatos de ataques iranianos a instalações petrolíferas dos Emirados Árabes Unidos.

A ausência de sinais concretos de avanço nas negociações de paz no Oriente Médio ao longo do fim de semana aliada à queda de braço entre Estados Unidos e Irã em torno do tráfego de embarcações pelo Estreito de Ormuz - avivou temores de abandono do cessar-fogo, impulsionando os preços do petróleo. O contrato do barril do tipo Brent para julho - referência de preços para a Petrobras - superou a marca de US\$ 115 na máxima e fechou cotado a US\$ 114,44, em alta de 5,8%.

**DESENROLA BRASIL**

# Governo lança programa de renegociação de dívidas

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo federal lançou ontem o Novo Desenrola Brasil, programa que busca ajudar famílias, estudantes e pequenos empreendedores a renegociar dívidas, limpar o nome e recuperar o acesso ao crédito.

A nova fase da iniciativa terá duração de 90 dias e prevê descontos de até 90%, juros reduzidos e a possibilidade de uso do FGTS para abatimento de débitos.

Formalizada com a assinatura de uma medida provisória pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a estratégia visa promover a reorganização financeira de milhões de brasileiros e ampliar o acesso ao crédito em condições mais favoráveis.

Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Lula afirmou que a iniciativa busca aliviar o peso das dívidas e permitir que as pessoas voltem a respirar financeiramente, destacando que não é razoável que restrições de crédito ocorram por débitos de baixo valor.

Já o ministro da Fazenda, Dario Durigan, explicou que a ideia do governo é criar mecanismos estruturantes para melhores condições de pagamentos a novas dívidas que venham a ser contraídas. "A gente precisa recuperar a qualidade do crédito que essa pessoa toma", disse. "O mais importante para as famílias é que a pessoa que está endividada e precisa dessa ajuda contará com um fundo garantidor do Poder Público", acrescentou.

O Novo Desenrola terá foco na renegociação de dívidas de famílias, estudantes, agricultores familiares, aposentados e pensio-

## Proibição de jogo em bets por 12 meses

EDUARDO LAGUNA E FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o comprometimento de renda dos brasileiros com bets, como são chamados os sites de apostas, é um fato. No Desenrola 2.0, pacote de renegociação de dívidas das famílias, os beneficiários não poderão jogar em bets por 12 meses.

"O fato é que temos, sim, mesmo no estudo que mostra o menor impacto das bets, um comprometimento da renda das pessoas. Então, nesse modelo de estimular um crédito mais sustentável, o ideal é que a pessoa que se diz endividada - e que, portanto, está precisando de uma ajuda para renegociar a sua dívida - não comprometa a sua renda com jogo", comentou Durigan.

O ministro pontuou que as bets passam, desde 2024, por um processo de regulação dura. Ele observou que há divergências em estudos sobre o quanto as bets impactam no consumo e em quanto elevam as dívidas. O certo, entende o ministro, é que há um impacto na disponibilidade de renda.

Durante a entrevista, Durigan frisou que o Desenrola 2.0 foi construído, seguindo as melhores práticas, junto a bancos e fintechs, com o objetivo de melhorar a qualidade do crédito. "Não estamos fazendo nada de maneira impositiva, no sentido de não ter diálogo."

Durigan disse também que, desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais de 15 milhões de brasileiros conseguiram acessar os instrumentos formais de crédito. É uma boa notícia, mas que também reforça, conforme frisou o ministro, a necessidade de educação financeira das famílias.

Durigan também observou que a inadimplência elevou o risco de crédito, pressionando os juros cobrados do consumidor, uma situação que o governo busca resolver com o Desenrola 2.0.

"Melhorar o nível de endividamento das famílias faz com que melhore o próprio sistema financeiro", comentou o ministro. "Melhorando a condição do sistema bancário como um todo, os bancos vão ter condição de oferecer uma taxa de juros menor", acrescentou Durigan.

nistas e micro e pequenas empresas, com previsão de grandes descontos, juros menores e uso de garantias públicas. O objetivo é reduzir a inadimplência e estimular o uso consciente do crédito.

O Desenrola Famílias, uma das modalidades do programa, é voltado à renegociação de dívidas de pessoas físicas. Podem participar pessoas com renda de até 5 salários mínimos (R\$ 8.105). Podem ser renegociadas dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026, com atraso entre 90 dias e dois anos, nas modalidades cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado.

Entre as contrapartidas estão bloqueio do CPF por 12 meses pa-

ra apostas online e continuidade da proibição de envio de recursos para apostas por meio de crédito. Os bancos, por sua vez, devem investir 1% das garantias do programa em educação financeira.

O Desenrola Fies permitirá a renegociação de dívidas estudantis, com condições conforme o atraso e o perfil do estudante. Dívidas entre 90 e 360 dias terão desconto de 100% dos juros e multas, o pagamento à vista inclui desconto adicional de 12% do principal e haverá possibilidade de parcelamento em até 150 vezes. Já para dívidas acima de 360 dias haverá desconto de até 77% para estudantes fora do CadÚnico e de até 99% para es-

tudantes do CadÚnico.

Já o Desenrola Empresas é voltado a micro e pequenas empresas, com foco na substituição de dívidas caras por crédito com melhores condições. A expectativa é a de alcançar mais de 2 milhões de empresas, com melhoria das linhas do ProCred e do Pronampe. Por sua vez, o Desenrola Rural vai atender agricultores familiares, visando a regularização de dívidas antigas, a ampliação do prazo para renegociação até 20 de dezembro de 2026 e a facilitação do acesso ao crédito rural e retomada da capacidade produtiva. A expectativa é de que o programa atenda cerca de 1,3 milhão de agricultores familiares.

## Público-alvo do Novo Desenrola abrange 27,7 milhões de clientes, segundo a Febraban

ANDRÉ MARINHO/AE

O Novo Desenrola Brasil, programa do governo para reduzir o endividamento das famílias, pode abranger 27,7 milhões de clientes e um estoque de R\$ 97,3 bilhões, revelou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em comunicado divulgado ontem. A conta leva em consideração o público-alvo da iniciativa, formado por consumidores com renda de até cinco salários-mínimos e dívidas no cartão de crédito, cheque especial e crédito direto ao consumidor (CDC).

Na nota, a Febraban reafirma

o compromisso do setor bancário com a renegociação do passivo mantido pelas famílias brasileiras, diante da inadimplência e comprometimento de renda em níveis recordes, sobretudo entre pessoas de menor poder aquisitivo. Nesse sentido, a entidade diz ser "essencial" somar esforços com o setor público e outras associações para construir uma solução "estruturada, capaz de devolver fôlego financeiro a milhões de brasileiros".

A Febraban acrescenta que o programa foi construído em consenso entre as entidades do setor e o Ministério da Fazenda. O objetivo é oferecer alívio mais

imediatos aos mais endividados e recuperar gradualmente a retomada responsável do acesso ao crédito, de acordo com o comunicado. "Com as condições anunciadas, a expectativa dos bancos é que as famílias sejam atendidas em sua real capacidade de pagamento ao repactuarem seus compromissos", diz.

Na visão da Febraban, a oferta de garantias para uma parcela relevante das dívidas renegociadas reflete a corresponsabilidade do Estado no processo, considerada "decisiva" para reduzir o custo do crédito. O mecanismo viabiliza juros inferiores aos das

modalidades originais e converte dívidas mais caras em parcelas mais acessíveis.

"Para os bancos, a repactuação das dívidas reduz o custo da inadimplência, cria incentivos relevantes e favorece o ambiente de crédito para os mais endividados", acrescenta.

Por último, a Febraban pede que o Novo Desenrola Brasil seja acompanhado de iniciativas de educação financeira. "Isso é essencial para apoiar as famílias no uso consciente do crédito, evitar o reendividamento e consolidar os ganhos sociais e econômicos esperados do programa", conclui a nota.

**COMBUSTÍVEIS**

## Brasil bate recorde de produção de petróleo

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Em um cenário em que a oferta global de petróleo enfrenta desafios causados pela guerra no Irã, o Brasil atingiu, em março, recorde na produção de petróleo e gás.

Em março, que coincidiu com o primeiro mês da guerra desencadeada por ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã, o Brasil produziu 5,531 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). O recorde anterior pertencia a fevereiro, com

5,304 milhões de boe/d.

Boe é uma unidade de medida que padroniza o volume de gás natural e petróleo, convertendo o gás para o valor energético equivalente a um barril de petróleo bruto. Dessa forma, é possível somar a produção.

Os dados sobre produção foram divulgados ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Ao longo de março, foram extraídos 4,247 milhões barris por dia, o que representa acréscimo de 4,6% na comparação com fevereiro e de 17,3% ante março de 2025. Já a produção de gás natural foi de 204,11 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), expansão de 3,3% em relação ao mês anterior e de 23,3% ante março do ano passado.

Diário do **Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

### Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE



Govorno do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social  
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro  
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607  
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Diretoria ficará à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários, estando também disponíveis, para exame pelos Senhores Acionistas, o Relatório da Diretoria e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na íntegra.

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	5.270	4.977
<b>Créditos a Receber</b>			
Contas a Receber	05	15.638	12.667
Cessão de Servidores	06	1.825	1.825
(-)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	06	(1.213)	(1.213)
Adiantamentos a Empregados		674	590
Indenizações de Seguro Habitacional a Receber	07	164.179	154.436
Cotas Financeiras a Receber	08	13.804	18.889
Outros Recebíveis	09	48	48
Empréstimos e Financiamentos	10	178.324	176.256
Outros Depósitos	11	2.082	1.322
Estoques	3.04	126	142
Devedores por Responsabilidade		153	153
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>380.910</b>	<b>370.082</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Recursos a Receber do Estado		559	559
Vendas Compromissadas	15	11.610	11.706
FCVS a Receber	16	424.634	422.988
Imóveis para Venda	NEII	56.399	56.399
Recursos Vinculados - Depósitos Judiciais	17	12.473	12.473
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>505.675</b>	<b>504.125</b>
<b>Investimentos</b>	12	<b>39</b>	<b>38</b>
<b>Imobilizado</b>	13	<b>1.108</b>	<b>638</b>
<b>Intangível</b>	14	<b>24</b>	<b>30</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>506.846</b>	<b>504.831</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>887.756</b>	<b>874.913</b>

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores a Pagar	18	4.521	3.721
Pessoal a Pagar		4.390	4.452
Pensão Alimentícia		5	4
Encargos Sociais a Recolher		673	836
INSS a Recolher		2.321	2.874
IRRF a Recolher		906	2.512
Impostos e Contribuições		1.498	1.293
Outras Obrigações	21	8.293	11.049
Provisões de Férias		6.375	6.192
Dívidas Assumidas pelo Estado (Curto Prazo)		9	5
Seguros a Pagar	19	261.032	249.065
FCVS a Pagar	20	50.392	47.594
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>340.415</b>	<b>329.597</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outras Obrigações - Parcelamento PERT (REFIS IV)	21	2.209	5.511
Dívidas Assumidas pelo Estado	22	379.639	373.115
Provisões - Indenizações Trabalhistas	24	45.113	45.113
Outras Provisões	24	9.155	9.155
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>436.116</b>	<b>432.894</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	25	242.168	242.168
Reservas de Reavaliação		28.478	28.478
Ajuste de Avaliação Patrimonial		695	151
Prejuízos Acumulados	26	(160.116)	(158.375)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>111.225</b>	<b>112.422</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>887.756</b>	<b>874.913</b>

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO 2025**

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
		<b>244.406</b>	<b>339.807</b>
Receitas Governamentais	DR-1	228.219	326.475
Receitas de Comercialização e Administração de Créditos	DR-2	16.187	13.332
<b>(-) CUSTOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(94.970)</b>	<b>(203.657)</b>
De Produção	DR-4	(94.970)	(203.657)
De Comercialização e Administração de Créditos	DR-5	-	-
<b>(=) Lucro/Prejuízo Bruto</b>		<b>149.436</b>	<b>136.150</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
		<b>(128.469)</b>	<b>(117.688)</b>
Pessoal e Encargos	DR-6	(74.739)	(79.901)
Despesas com Materiais	DR-7	(32)	(33)
Despesas de Serviços	DR-8	(52.460)	(35.565)
Despesas Tributárias	DR-9	(1.238)	(2.189)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>			
		<b>(2.798)</b>	<b>(2.630)</b>
Despesas Financeiras	DR-10	(2.798)	(2.630)
Receitas Financeiras	DR-3	-	-
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>18.169</b>	<b>15.832</b>
<b>Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>			
	DR-11	<b>(20.407)</b>	<b>(24.888)</b>
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>			
		<b>(2.238)</b>	<b>(9.056)</b>
Prejuízo por Ação		<b>(0,0000)</b>	<b>(0,0000)</b>

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO 2025**

**MÉTODO INDIRETO**  
(Em Milhares de Reais)

	2025	2024
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(2.238)</b>	<b>(9.056)</b>
Ajustes:		
Ajuste de Exercícios Anteriores	497	14.174
Depreciação e Amortização	121	197
Atualização de Dívidas	7.171	3.981
Atualização Monetária e Multas sobre Empréstimos com Mutuários	(1.776)	(1.916)
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>3.775</b>	<b>7.380</b>
Créditos a Receber	(9.565)	(18.193)
Estoques	16	(20)
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(9.549)</b>	<b>(18.213)</b>
Fornecedores	800	(231)
Obrigações Sociais e Tributárias	(1.996)	(1.229)
Outras Contas a Pagar	8.232	12.650
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(168)	(121)
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>6.868</b>	<b>11.069</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>1.094</b>	<b>236</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aumento/Baixa de Ativo Imobilizado	(42)	-
Aumento/Baixa de Ativo Intangível	-	-
Depósitos Bancários Vinculados	(760)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>(801)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
	<b>293</b>	<b>236</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>4.977</b>	<b>4.741</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>5.270</b>	<b>4.977</b>



Govorno do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social  
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro  
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607  
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025



**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Doações Subvenções	Reserva Legal	Reserva de Reavaliação	Dividendos Não Distribuídos	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>242.168</b>	–	–	<b>28.478</b>	–	<b>(163.493)</b>	<b>107.153</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores				151		14.174	14.325
Ingresso						–	–
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(9.056)	(9.056)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>242.168</b>	–	–	<b>28.629</b>	–	<b>(158.375)</b>	<b>112.422</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores				544		497	1.041
Ingresso						–	–
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(2.238)	(2.238)
<b>Em 31 de dezembro 2025</b>	<b>242.168</b>	–	–	<b>29.173</b>	–	<b>(160.116)</b>	<b>111.225</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Em Milhares de Reais

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1 – ATUAL - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB – RJ é uma sociedade anônima de economia mista, órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei Estadual nº 263, de 24 de dezembro de 1962, com a denominação social de Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – COHAB – GB.

Em 1975, por força dos artigos 5, 6, 7 e 8 do Decreto Lei Estadual nº 39, de 24/03/1975, a COHAB-GB incorporou a Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro – COHAB-RJ, alterando, por consequência, a sua razão social para Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB-RJ, que permanece até esta data.

A CEHAB tem como objetivo:

- I – Prover o direito à moradia adequada de interesse social nas áreas urbanas e rural do Estado do Rio de Janeiro;
- II – Planejamento global e setorial, produção e comercialização de unidades habitacionais de interesse social, obedecido os critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela legislação federal;
- III – Aquisição, urbanização e venda de terrenos;
- IV – Exercício de atividades de construção civil, para si ou para terceiros;
- V – Apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitários;
- VI – Atuar como agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro da Habitação, ou outro que o substitua, em todo território do Estado do Rio de Janeiro;
- VII – Recuperações e infraestrutura no âmbito de áreas deterioradas no Estado do Rio de Janeiro.

**1.2 – NOVO CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.2.1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

Em abril de 2021, a CEHAB iniciou o exercício de Planejamento Estratégico envolvendo a Alta Administração e Gestores de todas as Áreas Finalísticas e de Suporte, dando forma e personalidade à empresa, distinguindo-a de seus competidores. Definindo a sua identidade estratégica e assim, apresentando o que a Companhia almeja ser ou onde pretende chegar. Iniciando-se, desta forma, a implantação do Plano de Ação, para atingimento dos objetivos atuais e futuros, conforme segue.

**Negócio da CEHAB-RJ:** Habitar com bem-estar social.

**Visão da CEHAB-RJ 2030:** Ser reconhecida, nacionalmente, como a melhor Companhia de habitação com bem-estar social, buscando reduzir o déficit habitacional, de forma sustentável.

**Missão da CEHAB-RJ:** Oferecer as melhores soluções em habitação, com compromisso social e sustentável.

**Valores da CEHAB-RJ:**

Persistência em criar o futuro.  
Interlocução e interação nas áreas de interesse social.  
Compromisso com a mudança e a inovação.  
Foco na qualidade das produções habitacionais.  
Responsabilidade socioambiental continuada.

**1.2.2 – GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE**

Ante a necessidade obrigatória de adequar a CEHAB-RJ, sociedade anônima de economia mista, de atender aos dispostos da Lei 13.303/16 – Lei das Estatais, regulamentada pelo Decreto 46.188/2017, foi instituído pela Portaria 138 de 2021 um Grupo de Trabalho tendo como objetivo preponderante, estudo de instrumentos que viabilizem as adequações legais, ainda pendentes, com destaque na regulamentação relativa às práticas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e “Compliance” - GRC e efetivo cumprimento do Objeto Social.

Este GT GRC concluiu cinco fases entre 7 fases planejadas para decisão da Alta Administração, quais sejam:

1. Mapeamento da Lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017 e
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC.

Considerando que as sete fases do trabalho são:

1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017;
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC;
3. Redesenho de Organograma Detalhado e Regimento Interno;
4. Matriz de Risco a partir do Plano de Negócios;
5. Redesenho dos Processos e Fluxo Integrado - validando a proposta da fase 2;
6. Matriz SWOT e
7. Entrega do Relatório Final com a implantação da área da GRC.

No final do exercício de 2022, a CEHAB-RJ, concluiu o seu Plano de Negócios, o que servirá de norte às novas Políticas de Habitação Social que deverão ser definidas e priorizadas no Governo do Estado com atuação da Nova Secretaria de Habitação, criada na estrutura no novo Governo.

No presente momento, com a parceria da SEPLAG, através da Equipe da Subsecretária de Gestão e Modernização - SUMOB, Superintendência de Simplificação de Processos e Serviços – SPSIMP, via Coordenação do Escritório de Processos e Inovação – EPERJ, para promover a reformulação geral de todos os processos finalísticos e de suporte, de forma moderna e inovadora, e mais a Revisão do Estatuto e Regimento Interno, com a participação dos 40 multiplicadores empregados da Cia. O resultado deste trabalho será a base para estabelecer os controles interno, um dos pilares da GRC.

**NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está se adaptando aos reflexos produzidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, para reconhecimento em sua integralidade, bem como pela Lei 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e decreto estadual 46.188/17 que o regulamenta no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, pertencentes a terceiros, oriundas de cauções e retenções contratuais, com o objetivo de garantir a integridade do contrato e valores à Disposição do Tesouro do Estado, oriundos de recursos próprios – Fonte 230.

**• Bancos Conta Movimento e Vinculada a Convênios**

Refere-se aos pagamentos das obrigações contraídas pela CEHAB-RJ para o desenvolvimento de suas atividades, custeados pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, em obediência ao Orçamento Estadual, e em conformidade com a decisão do Governo do Estado. Àquelas obrigações relativas a investimentos em obras foram custeadas com a participação do Estado, através do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS.

**• Aplicações Financeiras**

Referem-se às aplicações financeiras dos recursos de terceiros, relativas a retenções contratuais sobre faturamentos de obras, contratos, em sua grande maioria anterior a 2001.

**• Limite de Saque com Vinculação de Pagamento**

Conta que substituiu a antiga Conta Depósitos à Disposição no Tesouro, relativa aos valores recebidos pela Companhia - Fontes Própria/Estado e depositados no Tesouro Estadual, oriundos de arrecadação de mutuários, de recursos de terceiros relativos às retenções contratuais de obras em espécie, acrescentando-se os recursos de obras do FEHIS de responsabilidade exclusiva do Estado, aplicados em Recuperação de Conjuntos Habitacionais, Construção e Urbanização.

**3.03 Prestações a Receber**

Corresponde, no Ativo Circulante, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, os demais valores referentes ao saldo devedor.

As prestações a receber de mutuários, inicialmente, são reconhecidas pelo valor do contrato de financiamento.

Os trabalhos de depuração dos contratos de financiamentos, continuam sendo desenvolvidos na empresa, objetivando a correção de distorções na Carteira Imobiliária, e consequentemente a apuração das diferenças e seus reflexos serão objeto a posteriori de ajustes contábeis e de valor justo, vide Nota 22.

**3.04 Estoques**

Os estoques foram valorados ao custo de aquisição.

**3.05 Outros Ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

**3.06 Imóveis para Venda**

Referem-se ao estoque de unidades habitacionais destinadas à venda ou para inserção em Programas de Interesses Sociais em atendimento a população de baixa renda.

**3.07 Investimentos**

Os investimentos avaliados pelo método de custo estão apresentados ao custo de aquisição.

**3.08 Imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição deduzido das depreciações que são calculadas com base no método linear e avaliação, conforme legislação vigente, vide Nota 13.

**3.09 Fornecedores a Pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato.

**3.10 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Outros passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

**3.11 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. Porém no exercício de 2022, em função da Rotina estabelecida no SIAFE-RIO, as Despesas de Exercícios Anteriores Pagas foram contabilizadas no Resultado de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido).

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2025	2024
Banco Conta Movimento	365	364
Aplicações Financeiras	146	137
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	4.759	4.476
	<b>5.270</b>	<b>4.977</b>

**4.2 O Saldo das Aplicações Financeiras** corresponde às Contas de Poupança, relativas a retenções contratuais, anteriores a 2001, cujos valores foram parte bloqueados para depósitos judiciais.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social**  
**Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro**  
**CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607**  
**Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025**



**4.3 O Saldo da Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento**, corresponde basicamente, à indenização por desapropriação de imóvel na Av. dos Campeões, em 2017, no valor de R\$ 3,256 milhões, que sofreu arresto judicial, tendo como consequência a não quitação de diversos compromissos com fornecedores de serviços, bem como valores não utilizados no Exercício Fonte 230.

	2025	2024
Fonte 081 Recursos Não Orçamentários- Rec. Terceiros	149	147
Fonte 100 Recursos do Estado – Provenientes de Impostos	94	19
Fonte 145 Fonte 145 Recursos da Concessão de Serviço Público	-	4
Fonte 230 Recursos Próprios – Arrecadação	1.259	1.050
Fonte 233 Recursos Próprios – Alienação de Bens	3.256	3.256
	<b>4.758</b>	<b>4.476</b>

**NOTA 5 – CONTAS A RECEBER**

	2025	2024
Aluguéis a Receber	15.638	12.657
	<b>15.638</b>	<b>12.657</b>

Referem-se a prestação do aluguel de março/2020 a dezembro/2024 de um terreno locado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, cujo vencimento é no dia 10 do mês subsequente. A pendência está sendo tratada pelo SEI-170029/000340/2020 e SEI-170029/000044/2022. Os referidos valores se constituem em penhoras judiciais no processo nº 0113000-33.1995.5.01.0023.

**NOTA 6 – CESSÃO DE SERVIDORES**

Referem-se aos funcionários da CEHAB-RJ, à disposição de órgãos municipais, estaduais e federais, sem ônus para o Estado, cujo ressarcimento é efetuado pelos órgãos requisitantes. No exercício de 2014 foi constituída a “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa”, tendo em vista que ao longo de todos esses anos de cobrança administrativa não logrou êxito suficiente. Os demais créditos vêm sendo ressarcidos, via emissão de Guia de Recolhimento do Estado – GRE.

	2025	2024
Cessão de Servidores	1.825	1.825
(-) Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa	(1.213)	(1.213)
	<b>612</b>	<b>612</b>

**NOTA 7 – INDENIZAÇÕES DE SEGURO HABITACIONAL A RECEBER**

	2025	2024
Indenizações a Receber	164.179	154.436
	<b>164.179</b>	<b>154.436</b>

Referem-se às indenizações represadas pelas Companhias de Seguro Habitacional, correspondentes aos sinistros por morte ou invalidez permanente ocorridos de 1989 até 31 de dezembro de 2025.

As tratativas entre as partes interessadas estão em andamento, face às divergências entre débitos (Prêmios de Seguros a Pagar) e créditos, que estão sendo apurados, para questionamento com a CAIXA e a consequente negociação - encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso e pagamento, vide Nota 16.

	2025	2024
Indenizações a Receber	164.179	154.436
Seguro a pagar - Financiamento	261.032	249.065
<b>Diferença</b>	<b>- 96.853</b>	<b>- 94.629</b>

**NOTA 8 – COTAS FINANCEIRAS A RECEBER**

	2025	2024
Cotas Financeiras a Receber	13.804	18.889

Referem-se a valores a serem liberados pelo Governo do Estado de compromissos assumidos no exercício de 2025 e anteriores.

**NOTA 9 - OUTROS RECEBÍVEIS**

	2025	2024
Taxas e Multas a Receber	14	14
Demais Créditos a Receber	34	34
	<b>48</b>	<b>48</b>

Refere-se a valores de recebíveis, de multa aplicada em contratos de obras e outros em trânsito.

**NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (PRESTAÇÕES A RECEBER)**

	2025	2024
Financiamentos Concedidos	80.073	80.168
Seguros a Faturar	6.064	5.533
FCVS a Faturar	(56)	(56)
Financiamentos Repassados RIO-URBE	92.243	90.611
	<b>178.324</b>	<b>176.256</b>

Correspondem, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, dos seus acessórios de seguro habitacional e FCVS, vide Nota 22.

O outro valor de relevância neste grupo de contas, refere-se ao financiamento repassado a RIO-URBE, relativos aos empreendimentos Bangu I e Bangu II, cujas prestações dos contratos estão vencidas e não pagas, com taxa de juros de 9% a.a.

Nos exercícios de 2017 e 2018, em operação conjunta entre a CEHAB e a antiga Secretaria de Obras e Habitação – SEOBRAS, foram feitas tratativas para a Cobrança da Dívida, daquela empresa com a CEHAB-RJ, bem como ajustes de valores nos contratos respectivos.

Em 2022 a anterior gestão, reativou as tratativas administrativas com a RIO-URBE, ainda, sem resultados positivos, o que em Ata da 985ª Reunião Ordinária da Diretoria, ficou decidido pelo Colegiado “serão realizadas tratativas, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, para um ajuste de contas entre as partes; caso não haja êxito na via administrativa, a demanda será encaminhada à Coordenadoria Jurídica – 01-CJU”. No valor contábil não estão, ainda, considerados os juros de mora.

**NOTA 11 - OUTROS DEPÓSITOS**

Referem-se aos valores bloqueados judicialmente em contas correntes e de poupança da CEHAB-RJ e de terceiros.

**NOTA 12 – INVESTIMENTOS**

Referem-se às participações da CEHAB-RJ no capital de empresas do Estado e Concessionária de Serviços Públicos.

**NOTA 13 – IMOBILIZADO**

	2025		2024	
Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Aquisições	Valor residual
Bens Imóveis	535	(447)	42	88
Bens Móveis	1.067	(21)	-	978
<b>TOTAL</b>	<b>1.602</b>	<b>(468)</b>	<b>42</b>	<b>638</b>

A taxa de depreciação para bens móveis é de 10% a.a.

Durante o exercício de 2025, foram recebidos processos administrativos SEI-150001/006340/2025 e SEI-150001/002205/2025 relativos a imóveis que constam registrados em nome desta Companhia junto ao Sistema de Patrimônio Imóvel do Estado do Rio - SISPAT.

No âmbito da análise dos setores competentes, verificou-se que os imóveis, embora formalmente registrados, encontram-se ocupados por terceiros, inexistindo posse direta, disponibilidade operacional

ou capacidade de utilização pela Companhia. Constatou-se, ainda, a necessidade de realização de perícia técnica e patrimonial para identificação da extensão dos bens efetivamente atribuíveis à CEHAB, circunstância que impõe incerteza relevante quanto ao efetivo controle econômico e à recuperabilidade dos referidos ativos.

À luz do CPC 00 (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro), o reconhecimento de ativo depende da comprovação de controle sobre recurso econômico presente e da probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

No caso concreto, a Administração concluiu não estarem atendidos tais requisitos, diante da inexistência de expectativa provável de benefícios econômicos e da limitação fática ao exercício do controle.

Adicionalmente, nos termos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a ausência de valor recuperável mensurável, no presente momento, inviabiliza o reconhecimento contábil dos referidos bens no ativo imobilizado sem que houvesse reconhecimento integral de perda.

**NOTA 14 – INTANGÍVEL**

Refere-se às aquisições de SOFTWARE, efetuadas em exercício anterior, para o desenvolvimento das atividades da empresa.

**NOTA 15 - DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS**

Correspondem às prestações vincendas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB-RJ. Os valores, ainda não estão, totalmente, conciliados. Estes contratos, encontram-se em fase de depuração, visando a apuração de diferenças e os consequentes ajustes contábeis, vide Nota 22.

**NOTA 16 - FCVS A RECEBER**

Referem-se a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários com cláusulas de cobertura do FCVS que tiveram seus respectivos prazos contratuais encerrados e que estão em processo de habilitação, análise e homologação, junto à Administradora do FCVS/CAIXA, cuja situação da documentação encontra-se em análise e reprocessamento, em 31/12/2025 e na CEHAB-RJ. Em função da depuração dos contratos e ajustes no Sistema, os valores do Balanço deverão ser ajustados com os da CAIXA, após todas as etapas de análise final das habilitações, dos recursos e da auditoria. Assim será possível compatibilizar os saldos com os contábeis, ambos sofrerão ajustes, conforme se segue:

	2025	2024
Habilitados c/ RCV homologados c/ valor	30.151	28.505
Auditados	30.151	28.505
Não auditados	-	-
Encerrados e Liquidados	-	-
Habilitados em análise na CAIXA	368.845	368.845
A habilitar	25.638	25.638
	<b>424.634</b>	<b>422.988</b>

Através do SEI 490002/001012/2024, está sendo tratada a licitação e a consequente contratação de empresa especializada para a “Prestação de Serviços de emissão, remessa, controle e acompanhamento de documentação, relativa à Habilitação de Contratos, Depuração, Validação, Análise e Respostas provenientes da CAIXA e a Novação dos financiamentos quitados, passíveis de cobertura, junto à Carteira do Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS”.

**NOTA 17 - RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Refere-se aos depósitos judiciais recursais, que, atualmente, encontra-se em fase de pesquisa e análise contábil, para futura conciliação com a Coordenadoria Jurídica.

	2025	2024
Recursos Vinculados	12.473	12.473

**NOTA 18 - FORNECEDORES A PAGAR**

Face à promulgação do Decreto 45.692/2016 e, atualmente, a Lei 5.273/21, que tratam da situação de calamidade pública e falimentar do ESTADO e a sua Recuperação Fiscal.

	2025	2024
<b>Restos a Pagar</b>	<b>327</b>	<b>363</b>
Demais	4.194	3.358
	<b>4.521</b>	<b>3.721</b>

**NOTA 19 – SEGUROS A PAGAR**

	2025	2024
Seguros a Pagar	261.032	249.065

Referem-se aos valores constantes das faturas emitidas pelas Companhias Seguradoras relativas aos prêmios do seguro habitacional de cada unidade comercializada pela CEHAB-RJ. As Indenizações de Sinistros Represadas serão objeto de encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso.

Os pagamentos mensais dos prêmios faturados de 2001 a 2010 estão suspensos e fazem parte de futura decisão de Diretoria, quanto ao parcelamento com a CAIXA e a CEHAB-RJ. Caso haja saldo suficiente nos contratos novados poderá ser efetuado Encontro de Contas, na mesma forma, relativa aqueles de dívidas até 2000, vide Nota 16.

**NOTA 20 – FCVS A PAGAR**

	2025	2024
Mensal	130	123
Trimestral	49.682	46.932
Sifcvs/Recursos	580	539
	<b>50.392</b>	<b>47.594</b>

**20.1 Trimestral**

Contribuição trimestral dos agentes financeiros sobre os saldos devedores dos contratos de financiamentos com cobertura do FCVS, a partir de 4º trim. /1984 até o 4º trim. /2000. Os custos incidentes trimestrais sobre a dívida são: mora 0,033 ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente. As cobranças foram encerradas com a edição da Lei 10.150/2000. Não ocorreu nenhuma Contribuição Trimestral até a presente data, vide Nota 16.

**20.2 Mensal**

Contribuição mensal de 3% sobre (A+J) das prestações dos mutuários. Existe uma diferença de dívida, relativas às Contribuições Mensais ao FCVS, relativos aos exercícios de 1991 a jun/2005, meses intercalados. Os custos incidentes mensais sobre a dívida são: mora 0,033 % ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente, vide Nota 16.

**20.3 Multa por Não Apresentação de Recursos**

À medida que os agentes financeiros perdem seus prazos para recursos exigidos de documentação e informações, relativos aos contratos com cláusula de FCVS habilitados e em fase de análise da documentação, é cobrada multa mensal de R\$ 0,38 + TR sobre cada contrato de financiamento, que vai se acumulando, assim se constituindo em dívidas financeiras, vide Nota 16.

**NOTA 21 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Refere-se aos valores de contribuições e tributos, correspondentes à ADESÃO ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, ocorrido em 2017.

**NOTA 22 – DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO ESTADO**

	2025	2024
Não Circulante	379.639	373.115

Contrato de Confissão, Assunção e Ressarcimento de Dívida, com base na Lei Estadual nº 2.002, de 05 de maio de 1992, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB- RJ, através do qual essa Companhia se comprometeu a entregar ao Estado, como forma de ressarcimento, o somatório das receitas recebidas da totalidade de seus mutuários, corrigida mensalmente pela UPR.

Face aplicação da Lei Estadual 4.512/2005, que permitiu a quitação das prestações dos mutuários do SFH com cláusulas contratuais de FCVS, sem a devida alteração neste contrato, houve um enorme desequilíbrio no ATIVO e uma total incapacidade de quitação do PASSIVO. Assim em 2018, o Estado do Rio de Janeiro, através de aumento de capital e amortização desta Dívida, promoveu a regularização do efeito patrimonial que estas quitações geraram. As sequentes quitações fazem parte do SEI 170029/001137/2022.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social  
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro  
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607  
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025



A quitação final desse contrato triangular CAIXA/CEHAB/ESTADO, se concretiza quando forem liberados os valores remanescentes do Encontro de Contas com o FCVS-CAIXA.

#### NOTA 23 – PROCEDIMENTO DA RFB

Em 22 de dezembro de 2012, foi lavrado o Procedimento Fiscal nº 07110800.2010.01301, Processo 12448.731.339-2012-23, pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, contendo 04 (quatro) tributos, correspondentes ao Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição Para o PIS/PASEP, referente à data-base de 31 de dezembro de 2008. A CEHAB ajuizou, na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Ação Anulatória com tutela de Urgência de Débito Fiscal por dependência à Execução Fiscal 0162475-69.2016.4.02.5101, alegando prescrição das Certidões de Dívida Ativa, sendo em 2021, concedida sentença dando como parcialmente procedente apenas para decretar a nulidade do pedido, relativo aos tributos de COFINS e PIS/PASEP no montante de R\$ 28.113 (vinte e oito milhões e cento e treze mil) - DAs nºs 70716004910700 (PIS) e 7061601797620 (COFINS). Restando em recurso pela nulidade também dos débitos relativos ao IRPJ e a CSLL.

#### NOTA 24 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se à provisões para indenizações trabalhistas R\$ 45.113 milhões e provisões para causas cíveis R\$ 9,155 milhões. Conforme informações recebidas da Coordenadoria Jurídica da Entidade em 30 de dezembro de 2013, os processos trabalhistas identificados e quantificados deduzidos das reversões ocorridas em 2015 até 31/12/2025 totalizam o seguinte montante:

Contingências Trabalhistas	R\$
Provável	45.113
Possível	174
<b>Total</b>	<b>45.287</b>

Salienta-se que o valor informado pela Coordenadoria Jurídica não representa a totalidade dos processos trabalhistas existentes, mas, tão somente aqueles conciliados, identificados e quantificados no exercício de 2013. No momento, estão sendo efetuados os levantamentos de todas as ações entre a Coordenadoria Jurídica da CEHAB e a Procuradoria Geral do Estado e Judiciário, no sentido de atualizar e mensurar as principais demandas coletivas.

Há que se ressaltar, que as demandas do dissídio 2007 e 2008 estão sendo tratadas em ações de conciliações individuais, resultando em êxito financeiro para a CEHAB-RJ, cujos os recursos para pagamento estão sendo disponibilizados pelo ESTADO, através de Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios, em andamento na Justiça Trabalhista, bem como as demais demandas, sem impacto no Balço da CEHAB-RJ.

As provisões para Contingências Cíveis estão sendo elaboradas e mensuradas pela atual Coordenadoria Jurídica da CEHAB-RJ, portanto, não há como atestar que os valores provisionados contabilmente são suficientes para cobrir eventuais perdas com estes processos.

#### NOTA 25 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia é representado por 3.339.375.679 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizado, sendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro o acionista majoritário, detentor de 99,97% e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro de 0,03%. Acionistas privados, apenas 249 ações, sem expressão na sua composição.

#### NOTA 26 – PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Resultado Exercício Societário
Prejuízo Acumulado Exercícios Anteriores	(158.375)
Ajustes de Exercícios Anteriores a 2025	497
Prejuízo do Exercício de 2025	(2.238)
<b>Prejuízo Acumulado 2025</b>	<b>(160.116)</b>

#### NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE

A Companhia elaborou sua Demonstração de Resultados de forma a abranger todas as suas operações normais bem como as eventuais e atípicas, de forma a dispensar a elaboração de demonstração, em separado.

As Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2025, serão apreciadas pelos membros do Conselho de Administração.

#### NOTA 28 – FATO RELEVANTE

O quadro abaixo apresenta os itens que geraram o impacto no Resultado do Exercício.

#### IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO QUADRO I

	2025	2024
Ass. Dívida	(6.697)	(2.987)
Seg. a Pagar	(11.563)	(9.345)
FCVS a Pagar	(2.266)	(2.250)
Atualização /Ajuste Cons. PERT	(621)	(727)
Provisão de Férias e 13º	(6.192)	(6.192)
Receita – RCV	1.645	1.187
Receita Ind. a Receber	9.743	8.420
Receita Aluguel PUC/ Arrecadação	2.981	2.856

Encargos Rio-Urbe	1.631	728
Demais Receitas e Despesas	9.101	(746)
<b>Impacto Anual</b>	<b>(2.238)</b>	<b>(9.056)</b>

#### NOTA 29 – EVENTO SUBSEQUENTE

No caso de cobranças ativas de IPTU de Imóveis em Estoque da CEHAB-RJ e de imóveis comercializados com mutuários, com base no TEMA 1.140 do STF – Recurso Extraordinário 1320054, cuja Tese “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem oferecem risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa com contraprestação do serviço” - a CEHAB-RJ vem aplicando este benefício. O mesmo vem ocorrendo com as demandas de execuções fiscais, com ganhos recorrentes, baseada nessa Tese do STF.

#### NOTAS ESPECIAIS

##### I) Exigibilidades Contingentes

Existem contingências de natureza passiva nas áreas trabalhistas, cível e tributária de estimativa elevada que afetam a posição patrimonial da Empresa, porém ainda não foi possível a total mensuração pelo setor jurídico. Por outro lado, existem valores de dívidas de mutuários com IPTU em diversas Prefeituras do Estado, cujas cobranças estão sendo aplicadas à CEHAB-RJ, por solidariedade, e ainda não foi possível a mensuração total desses valores. Estas dívidas vem sendo judicializadas com ganhos da Companhia, suspensos provisoriamente até parecer final do STF, baseado na imunidade recíproca. O Capital Social da Companhia se compõe de 99,97% Estado e Município 0,03%. Apenas 249 ações são de capital privado em um contexto de 3.339.375.679 (três bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove) de ações.

##### II) Bens Imóveis para Vendas

O módulo de Cadastro Imobiliário faz parte do Sistema Integrado de Gestão Imobiliária – SIGI e está sendo desenvolvido e depurado pela CEHAB-RJ, pela Diretoria de Operações Imobiliárias, quando então será possível a realização de ajuste operacional e contábil.

##### III) Adesão à Lei 11.941/09 - REFIS e Lei 13.496/17 - PERT

Em junho de 2011 foi efetivada a adesão à Lei. 11.941/09 com o parcelamento de até 180 cotas, cujos reflexos contábeis, vêm ocorrendo nas Contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e na Conta de Resultados com dotações orçamentárias na Fonte 100. Em agosto de 2017 a CEHAB fez adesão à Lei 13.496/17 – PERT, cujas quitações vêm sendo garantidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo o valor da dívida em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5.975 milhões de reais.

##### IV) Adoção das Novas Normas Contábeis

A CEHAB-RJ sempre buscou atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e inclusive, com ênfase aos CPCs editados, no entanto, face ao grau de complexidade na aplicação de certos itens das normas, a empresa pretende atendê-los de forma fidedigna no decorrer dos exercícios subsequentes. Abaixo apresentamos os assuntos importantes de Contabilidade e Auditoria que pretendemos implementar na Empresa.

**CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** – A CEHAB-RJ, através da Portaria 122 de 25/11/2015, providenciou os cálculos dos procedimentos de teste de *impairment*. Este trabalho foi concluído em 2016 e registrado em início 2017 e será continuado em cada exercício dos anos subsequentes, sempre no mesmo período, visando os ajustes contábeis necessários e face ao Manual de Ajustes e Depreciação dos Bens Móveis, elaborado pela Contadoria do Estado.

**CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA** – Desde a vigência da Lei 11.638/07 a CEHAB tem adotado essa demonstração.

**CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL** – A Companhia desenvolveu sistema informatizado próprio e encontra-se em pleno funcionamento.

**CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE** – Os ativos e passivos não circulantes estão sendo apresentados pelos valores presentes de realização.

**CPC 16 - ESTOQUES** Os estoques estão registrados pelo seu valor original, sem que se tenha estimada a probabilidade de perda com os mesmos.

**CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES** – As provisões não estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 24.

**CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** – Já foram concluídos os trabalhos e adequação às normas internacionais deste pronunciamento, apresentando o Balço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa.

**CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO** – Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 103 de 30 de dezembro de 2014, foram efetuados os ajustes necessários para em observância a esta norma, em nov/ 2017.

**OBSERVAÇÃO:** a presente numeração das Notas Explicativas, que de NOTA 1 a 29 mais as NOTAS ESPECIAIS de I a IV, refere-se, exclusivamente, às Demonstrações Contábeis do exercício de 2025 à disposição dos interessados da informação contábil em atendimento à legislação pertinente.

<b>Reginaldo Jardim Ferreira</b> Diretor Presidente CPF 713.610.657-53	<b>Raphael dos Santos Freitas</b> Diretor Vice-Presidente CPF 058.686.007-03	<b>Flávio Abner-Cahn Alvarenga Brazão</b> Diretor de Administração e Finanças CPF 127.706.417-27
<b>Luiz Rafael d'Oliveira Mussi</b> Diretor de Projetos e Obras CPF 601.399.947-34	<b>Michell Yamasaki Verdejo</b> Diretor de Operações Imobiliárias CPF 035.842.289-21	<b>Patrick Salvador Corrêa</b> Contador - CRC-RJ 134864/O-5 CPF 156.287.457-82

## Rio de Janeiro

**OUTONO:** Sol com algumas nuvens à tarde. Noite estrelada.

Manhã



Tarde



Noite



30°

18°

5%



06:15

17:31

## ELEIÇÕES

# Presidente do DC diz ter vetado filiação de Wilson Witzel

RAISA TOLEDO/AE

O presidente do partido Democracia Cristã (DC) João Caldas afirmou ter vetado a filiação do ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel por já ter "doidos demais" na legenda. Segundo ele, Witzel o procurou para viabilizar sua pré-candidatura ao governo fluminense nas eleições deste ano. "Ele fez de tudo para entrar no partido, ligo, fez reunião. Mas eu disse que não, já tem muito doido no partido", declarou em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo publicada no último sábado. A versão é contestada por Witzel.

Ao jornal O Globo, o ex-governador classificou a afirmação como "no mínimo, curiosa e, no essencial, falsa". De acordo com ele, a iniciativa de con-

tato partiu do pré-candidato à presidência pelo DC, Aldo Rebelo. A filiação de Witzel ao DC chegou a ser noticiada no mês de fevereiro, mas não se concretizou.

Witzel afirmou ainda estar filiado desde 2022 ao Democrata, antigo Partido da Mulher Brasileira. Ex-juiz federal, Witzel foi eleito para chefiar o Executivo do Rio em 2018 na esteira da Operação Lava Jato e do bolsonarismo. Permaneceu no cargo até 2021, quando foi cassado acusado de irregularidades em contratos com empresas de saúde durante a pandemia de covid-19. Ele foi afastado por decisão judicial e, posteriormente, teve o impeachment confirmado por dez votos a zero de tribunal formado por 5 deputados e 5 desembargadores.

## SEGURANÇA

# Força Municipal da GM passará a atuar em três áreas de Botafogo

A Força Municipal, divisão especializada da Guarda Municipal do Rio de Janeiro passará a atuar no bairro de Botafogo, em três perímetros: Rua Lauro Muller-Rua General Severiano-Avenida Venceslau Brás; Metrô Botafogo-Rua São Clemente-Rua Voluntários da Pátria; e Praia de Botafogo-Rua Marquês de Abrantes, no acesso ao bairro do Flamengo, com início previsto para o próximo dia 10.

"A expansão da Força Municipal para Botafogo mostra que é possível enfrentar o crime com inteligência, presença e respeito à vida. A população está reconhecendo esse trabalho: são cada vez mais prisões realizadas sem um único disparo, o que reforça nosso compromisso com uma cidade mais segura e humana", destacou o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere (foto).

A nova área seguirá o mesmo modelo operacional adotado nas demais regiões, com base na análise de dados e no posicionamento estratégico do efetivo, a partir de indicadores e manchas criminais, nos horários com grande incidência de roubos e furtos. O anúncio foi feito durante a reunião do Compstat Rio, que contou com a presença do prefeito Eduardo Cavaliere; do secretário de Segurança Urbana, Brenno Carnevale; e da diretora-geral da Força Municipal, Aimée de La Torre.

No último dia 26, os agentes da Força Municipal iniciaram sua atuação na região da Tijuca (São Francisco Xavier-Afonso Pena). A divisão de elite passou a realizar policiamento preventivo e ostensivo para coibir roubos e furtos em cinco áreas da cidade.

Também já contam com as



TOMAZ SILVA-ABRASIL

ações da Divisão de Elite da GM-Rio a Rodoviária do Rio-Terminal Gentileza-Estação Leopoldina; Jardim de Alah; Avenida Presidente Vargas-Campo de Santana-Central do Brasil-Cinelân-

dia, além do calçadão x estação de trem de Campo Grande.

Desde o dia 15 de março, quando a Força Municipal iniciou sua atuação, já foram registradas mais de 1.760 abordagens e 340 conduções a delegacias. Nesse período, os agentes apreenderam e recuperaram 60 aparelhos de telefone celular oriundos de furtos e roubos, dez cordões, 31 motocicletas e sete bicicletas, além de quatro réplicas de arma de fogo e sete facas.

"Além dos bons números que temos obtido, destaco também a proatividade e postura dos agentes durante o trabalho de policiamento preventivo e ostensivo. Isso é importante, não apenas pelas ocorrências que temos atuado, mas especialmente pelos crimes que temos coibido e evitado", frisou o secretário de Segurança Urbana, Brenno Carnevale.

**CIA. CAPITAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**  
 CNPJ 33.175.092/0001-08  
 SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 O Diretor-Presidente da CIA. CAPITAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, sediada na Av. Itaóca, 1925- Inhaúma, Rio de Janeiro, RJ, na forma do art. 123, Caput, da Lei 6.404/76, convoca os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 13/05/2026, na sede da companhia, às 10h:00m, para validamente discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 - tomar contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025; 2 - a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; 3 - na forma do art. 151 da Lei 6.404/76, fixar o montante global ou individual da remuneração da diretoria para o exercício seguinte; 4 - outros assuntos de interesse da companhia. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. LUCIANO INACIO - Diretor Presidente.

**GOVERNO DO BRASIL**  
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO  
**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA  
**PREGÃO 90019/2025**  
 A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na PORTARIA SLIC ESG Nº 5407, de 08 de dezembro de 2025, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO Tradicional**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **Menor Preço Global** tendo por finalidade a **Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre para a Escola Superior de Guerra**. A sessão pública será realizada no dia **19 de Maio de 2026, às 10h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

**GOVERNO DO BRASIL**  
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO  
**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
 SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
 INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.017/2026**  
 A Pregoeira Marilcia Freitas da Silva convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.017/2026 no dia 15/05/2026 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares (SACO ESTÉRIL, LIVRE DE LÁTEX, USO ÚNICO, MALEAVEL, 50 CM X 50 CM, BOLSA OSTOMIA, DE PLÁSTICO ATÓXICO, COLETOR DE URINA DESCARTÁVEL SISTEMA ABERTO SIMPLES 1200ML COM EXTENSÃO etc.) Processo nº. 33409.008322/2025-20. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**NOVA BÚZIOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**  
 CNPJ nº 40.516.245/0001-90  
**Edital de Convocação de Reunião Extraordinária de Sócios**  
 Na qualidade de sócio da sociedade empresária limitada **Nova Búzios Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.516.245/0001-90, com sede na Rua Prudente de Moraes, nº 368, apartamento 601, Bloco 2, bairro Ipanema, Município do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.420-040, e com fundamento no art. 1.073, inciso I, do Código Civil, ficam **CONVOCADOS todos os sócios** para se reunirem em **Reunião Extraordinária de Sócios**, a realizar-se no dia **11 de Maio de 2026, às 19 horas**, na sede da sociedade, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1. Deliberação acerca da Exclusão Extrajudicial de Sócio, por justa causa, nos termos do Art. 1.085 do Código Civil e da cláusula contratual vigente, em razão da prática de Atos que estariam impedindo o alcance do objetivo social da empresa e comprometendo a continuidade do empreendimento.** Esclarece-se que a presente convocação tem por finalidade submeter à deliberação dos sócios a exclusão extrajudicial do sócio cuja conduta, em tese, vem inviabilizando ou obstaculizando a consecução do objeto social da sociedade, consistente no desenvolvimento, incorporação e implantação do empreendimento imobiliário previsto contratualmente, configurando hipótese de ato de gravidade apto a colocar em risco a continuidade da empresa, na forma do art. 1.085 do Código Civil e da cláusula contratual aplicável. Fica assegurado ao sócio cuja exclusão será apreciada o pleno direito de defesa, manifestação prévia e participação na reunião, na forma da lei e do contrato social. A deliberação será tomada pelos sócios remanescentes, observado o quórum legal e contratual aplicável, sendo que, caso aprovada a exclusão, esta será posteriormente formalizada por meio da competente alteração contratual, com a apuração e liquidação dos haveres do sócio excluído, na forma do art. 1.031 do Código Civil. Os sócios que não puderem comparecer pessoalmente poderão fazer-se representar por procurador devidamente constituído, mediante instrumento de mandato com poderes específicos para representação e votação na presente reunião. Para fins de regularidade societária, solicita-se a presença pontual de todos os convocados. **Rio de Janeiro/RJ, 05 de Maio de 2026. Eduardo Homem Martins Almeida, Sócio Administrador.** Lagos de Itaipava Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Rep. Legal Maria Tereza Gomes Lacerda), Terra Forte Consultoria e Empreendimentos Ltda (Rep. Legal Ricardo de Freitas Goulart).

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, CNPJ nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, convoca os empregados da empresa Personale Consultoria e Treinamento Ltda, CNPJ nº 68.753.284/0001-20, filiados e não filiados, vinculados à prestação de serviços no evento Rock in Rio 2026 e em demais eventos correlatos abrangidos pela categoria, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada virtualmente pela plataforma Microsoft Teams, no dia 14/05/2026, às 15h, em primeira convocação, e às 15h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre: a) autorização para negociação, celebração e assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho específico; b) aprovação e definição de diárias por dia efetivamente trabalhado; c) definição de benefícios, DSR fixo e demais condições de trabalho; d) assuntos gerais de interesse da categoria. O link de acesso será disponibilizado pela empresa e pelo sindicato nos canais oficiais de comunicação.

**GOVERNO DO BRASIL**  
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CEFET/RJ**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 90.005/2026**  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de controle sanitário integrado no combate às pragas urbanas e vetores, englobando a desratização, desinsetização e descupinização, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, produtos e demais insumos necessários à execução dos serviços, visando o atendimento das necessidades da Uned Valença do Cefet/RJ. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.004875/2025-16. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 5/5/2026 às 8h (horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Em 20/5/2026 às 10h (horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). **RETIRADA DO EDITAL:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - [www.gov.br](http://www.gov.br), no Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e no site do Cefet/RJ, em <https://www.cefet-rj.br/index.php/licitacoes-e-contratos-valenca>. **Valença, 5 de maio de 2026. Luiz Henrique Cirne de Souza – Pregoeiro.**

**EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
 CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026**  
**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 17 de abril de 2026, às 11:30 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 04/05/2026 sob o nº 00007747310, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**MONTE PASCOAL HOLDING S.A.**  
 CNPJ/ME 44.103.111/0001-07 - NIRE 33.3.0034079-3  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026**  
**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 17 de abril de 2026, às 16:00 horas, na sede da Monte Pascoal Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a Administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 04/05/2026 sob o nº 00007747339, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**SERTÕES HOLDING S.A.**  
 CNPJ/ME nº 45.932.052/0001-34 - NIRE 33.3.0034307-5  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026**  
**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 17 de abril de 2026, às 15:00 horas, na Sertões Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A., representando o quórum necessário para as deliberações tomadas. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007744816, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

<b>Lethe Energia S.A.</b>					
CNPJ/MF nº 25.227.949/0001-50					
<b>Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>					
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	831	343	164.006	213.170	
Caixa restrito e depósitos restituíveis			80.912		
Contas a receber de clientes			82.233	27.032	
Contas a receber – Partes relacionadas	4.838	58	1.751	5.409	
Despesas antecipadas			6.835	3.015	
Estoques			16.480	14.979	
Impostos a recuperar	14	145	5.303	14.006	
Dividendos a receber	15.214	15.485			
Outras contas a receber	88	84	2.892	6.268	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>20.985</b>	<b>16.115</b>	<b>360.412</b>	<b>283.879</b>	
<b>Não circulante</b>					
Caixa restrito e depósitos restituíveis			36.735	36.701	
Depósitos judiciais			13		
Adiantamentos para aquisição de investimento	6.000	6.000	6.000	6.000	
Investimentos	525.493	593.699			
Imobilizado			1.521.368	1.635.437	
Ativo de direito de uso			732	871	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>531.493</b>	<b>599.699</b>	<b>1.564.848</b>	<b>1.679.009</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>552.478</b>	<b>615.814</b>	<b>1.925.260</b>	<b>1.962.888</b>	
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Passivo Circulante</b>					
Contas a pagar e Fornecedores			5	21.380	
Contas a pagar – Partes relacionadas	8.433			13.680	
Empréstimos, financiamentos e debêntures			53.866	49.764	
Passivo de arrendamento			437	319	
Obrigações sociais e trabalhistas			1.002	2.688	
Obrigações tributárias	55	40	5.992	5.958	
Dividendos a pagar	11.567	11.567	11.567	11.567	
Outras contas a pagar	10	20	532	607	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>20.070</b>	<b>11.627</b>	<b>108.456</b>	<b>98.868</b>	
<b>Não circulante</b>					
Contas a pagar e fornecedores			174.110	141.013	
Empréstimos, financiamentos e debêntures			1.052.255	1.065.892	
Passivo de arrendamento			329	580	
Obrigações com aquisições de investimento			33.405	29.728	
Provisão para desmobilização			24.297	22.620	
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.284.396</b>	<b>1.259.833</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	652.513	660.945	652.513	660.945	
Reservas de lucros	(120.105)	(56.758)	(120.105)	(56.758)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>532.408</b>	<b>604.187</b>	<b>532.408</b>	<b>604.187</b>	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>552.478</b>	<b>615.814</b>	<b>1.925.260</b>	<b>1.962.888</b>	
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>					
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	
Outros resultados abrangentes					
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente			(17.305)	(10.995)	
			(17.305)	(10.995)	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>					
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros Retenção de Lucros</b>	<b>Lucros (Prejuízos) acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	660.945	3.205	9.360	-	673.510
Absorção dos prejuízos		(3.205)	(9.360)	12.565	
Prejuízo do exercício				(69.322)	(69.322)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>660.945</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(56.757)</b>	<b>604.188</b>
Redução de capital	(8.433)				(8.433)
Prejuízo do exercício				(63.347)	(63.347)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>652.512</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(120.104)</b>	<b>532.408</b>
<b>Carlos Gustavo Nogari Andriolli</b> Diretor – CPF: 861.403.379-68	<b>Ricardo Motoyama de Almeida</b> Diretor – CPF: 220.287.038-57		<b>Bruno Alvarez Fabozzi</b> Contador – CRC 15P 291.800/O-0		
<i>As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<a href="https://elera.com/index.php/transparencia/">https://elera.com/index.php/transparencia/</a>) e na sede da Companhia.</i>					

<b>Demonstrações do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>				
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(63.347)</b>	<b>(69.322)</b>	<b>(46.042)</b>	<b>(58.327)</b>
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa com conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa</b>				
Depreciação do ativo imobilizado			127.024	73.664
Amortização de ativo de direito de uso			376	

## RNBL I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	557	-	84.148	94.205	Contas a pagar e Fornecedores	116	-	11.710	11.928
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	10.430	-	Contas a pagar – Partes relacionadas	730	3	1.408	12.926
Contas a receber de clientes	1	-	62.684	18.157	Empréstimos e financiamentos	-	-	32.361	31.594
Contas a receber – Partes relacionadas	-	-	212	1.249	Passivo de arrendamento	-	-	44	237
Despesas antecipadas	-	-	902	497	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	116	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	73	-	Obrigações tributárias	4	-	2.255	4.294
Estoques	-	-	721	635	Dividendos a pagar	14.464	3.575	14.520	3.625
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	92	5.031	Outras contas a pagar	-	-	285	479
Dividendos a receber	19.754	6.614	-	-	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>15.314</b>	<b>3.578</b>	<b>62.699</b>	<b>65.083</b>
Outras contas a receber	-	-	29	112	<b>Não circulante</b>				
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>20.312</b>	<b>6.614</b>	<b>159.291</b>	<b>119.886</b>	Contas a pagar e Fornecedores	-	-	96.819	51.747
<b>Não circulante</b>					Empréstimos e financiamentos	-	-	102.815	131.179
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	15.082	14.347	Passivo de arrendamento	-	-	5.273	5.313
Depósitos judiciais	-	-	358	349	Provisão para demandas judiciais	-	-	6.627	4.340
Investimentos	390.307	407.955	-	-	Provisão para desmobilização	-	-	7.202	6.581
Imobilizado	-	-	497.245	535.560	<b>Total do passivo não circulante</b>			<b>218.736</b>	<b>199.160</b>
Ativo de direito de uso	-	-	4.787	5.116	<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital a integralizar	-	-	1	1	Capital social	348.115	399.518	348.115	399.518
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>390.307</b>	<b>407.955</b>	<b>517.472</b>	<b>555.373</b>	Reservas de lucros	47.190	11.474	47.190	11.474
<b>Total do ativo</b>	<b>410.619</b>	<b>414.570</b>	<b>676.763</b>	<b>675.259</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>410.619</b>	<b>414.570</b>	<b>676.763</b>	<b>675.259</b>

### Demonstrações dos Resultados do Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	174.662	107.309
Custo de geração de energia	-	-	(91.305)	(70.283)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.357</b>	<b>37.026</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(285)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2.972)</b>	<b>(1.531)</b>
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	61.186	15.052	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	(1.635)	(6.129)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>60.901</b>	<b>15.049</b>	<b>(4.607)</b>	<b>(7.660)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>60.901</b>	<b>15.049</b>	<b>78.750</b>	<b>29.366</b>
Receitas financeiras	-	-	15.213	5.643
Despesas financeiras	-	-	(22.245)	(14.443)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>60.901</b>	<b>15.049</b>	<b>71.718</b>	<b>20.566</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	2025	2024	Reserva legal	Retenção de lucros				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Aumento de capital por incorporação	399.517	-	-	-	-	399.517	-	399.517
Reorganização societária	-	-	-	-	-	-	24	24
Reserva legal	-	-	752	-	(752)	-	-	-
Dividendos declarados para os controladores	-	-	-	-	(3.575)	(3.575)	-	(3.575)
Reserva de lucros	-	-	-	10.722	(10.722)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.049	15.049	-	15.049
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>399.518</b>	<b>752</b>	<b>10.722</b>	<b>-</b>	<b>410.992</b>	<b>410.992</b>	<b>24</b>	<b>411.016</b>
Redução de capital	(51.403)	-	-	-	(51.403)	(51.403)	-	(51.403)
Reserva legal	-	-	3.045	-	(3.045)	-	-	-
Dividendos declarados para os controladores	-	-	-	(10.721)	(10.721)	-	(10)	(10.721)
Dividendos declarados para não controladores	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(14.464)	(14.464)	-	(14.464)
Reserva de lucros	-	-	-	43.392	(43.392)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.901	60.901	9	60.910
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>348.115</b>	<b>3.797</b>	<b>43.393</b>	<b>-</b>	<b>395.305</b>	<b>395.305</b>	<b>23</b>	<b>395.328</b>

As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>60.901</b>	<b>15.049</b>	<b>71.718</b>	<b>20.566</b>
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa</b>				
Depreciação do ativo imobilizado	-	-	44.406	36.853
Baixa do ativo imobilizado	-	-	(616)	1.652
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	340	259
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	476	116
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	15.261	12.676
Amortização de despesa de contratação	-	-	210	175
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de mais valia	(61.186)	(15.052)	-	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	2.287	4.340
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	621	473
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>(44.527)</b>	<b>3.555</b>	<b>(1.249)</b>
Contas a receber de clientes	-	-	1.037	(209)
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	(405)	(209)
Despesas antecipadas	-	-	(86)	(33)
Estoques	-	-	4.939	(4.611)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(9)	(23)
Depósitos judiciais	-	-	(73)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	82	216
Outros	-	-	-	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	<b>44.854</b>	<b>3.308</b>
Contas a pagar e fornecedores	-	-	3(11.518)	12.926
Contas a pagar – parte relacionadas	-	-	116	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	4	(4.098)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	(194)	(627)
Outras contas a pagar	-	-	-	-
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social	-	-	(8.849)	(4.685)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	-	-	(11.057)	(8.812)
(+) Dividendos recebidos	65.695	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>66.256</b>	<b>-</b>	<b>104.915</b>	<b>81.135</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aporte e resgate de caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	(11.165)	918
Integralização de caixa por reorganização societária	-	-	-	47.204
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	-	-	(5.475)	(6.203)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(14.296)</b>	<b>(51.403)</b>	<b>(98.332)</b>	<b>(28.849)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	-	-	(31.741)	(28.394)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	-	-	(720)	(455)
Dividendos pagos a acionistas controladores	(14.296)	(14.468)	-	-
Redução de capital	(51.403)	(51.403)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(65.699)</b>	<b>(98.332)</b>	<b>(28.849)</b>	<b>(28.849)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>557</b>	<b>(10.057)</b>	<b>94.205</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94.205</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>557</b>	<b>-</b>	<b>84.148</b>	<b>94.205</b>

Carlos Gustavo Nogari Andriolli

Diretor – CPF: 861.403.379-68

Ricardo Motoyama de Almeida

Diretor – CPF: 220.287.038-57

Bruno Alvarez Fazozi

Contador – CRC 1SP 291.800/O-0

## Mirante Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.541.412/0001-34

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.170	6.410	58.801	97.469	Contas a pagar e Fornecedores	124	11	38.717	117.692
Contas a receber de clientes	151	151	23.930	16.549	Contas a pagar – Partes relacionadas	4.668	5.065	15.477	35.351
Contas a receber – Partes relacionadas	55.677	207.171	19.550	14.155	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.614	208.602	47.219	266.154
Despesas antecipadas	-	-	3.245	1.794	Passivo de arrendamento	-	-	685	626
Estoques	-	-	11.962	9.873	Obrigações sociais e trabalhistas	123	120	933	1.065
Impostos e contribuições a recuperar	12.410	12.924	26.680	28.017	Obrigações tributárias	-	53	14.609	13.530
Dividendos a receber	1.967	2.502	-	-	Dividendos a pagar	7.145	7.145	7.145	7.145
Outras contas a receber	13	310	678	34	Outras contas a pagar	2	1	4.308	2.215
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>75.388</b>	<b>229.468</b>	<b>144.846</b>	<b>167.891</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>25.676</b>	<b>220.997</b>	<b>129.093</b>	<b>443.778</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	46.497	34.303	Contas a pagar e Fornecedores	-	-	7.324	7.583
Contas a receber de clientes	-	-	-	560	Empréstimos, financiamentos e debêntures	437.199	404.435	1.360.323	1.158.608
Depósitos judiciais	165	156	6.667	6.460	Passivo de arrendamento	-	-	10.658	11.737
Investimentos	1.087.116	1.185.897	-	-	Obrigações tributárias	-	-	1.513	1.513
Imobilizado	-	-	2.008.042	2.200.386	Obrigações com aquisições	-	-	1.517	1.457
Ativo de direito de uso	-	-	10.927	12.216	Provisão para demandas judiciais	-	-	-	877
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.087.281</b>	<b>1.186.053</b>	<b>2.072.133</b>	<b>2.253.925</b>	Provisão para desmobilização	-	-	6.757	6.174
<b>Total do ativo</b>	<b>1.162.669</b>	<b>1.415.521</b>	<b>2.216.979</b>	<b>2.421.816</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>437.199</b>	<b>404.435</b>	<b>1.388.092</b>	<b>1.187.949</b>

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(90.295)</b>	<b>(39.206)</b>	<b>(77.396)</b>	<b>(23.430)</b>
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa</b>				
Depreciação do ativo imobilizado	-	-	121.902	110.631
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	1.271	493
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	985	505
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	52.453	41.024	143.137	74.062
Amortização de despesa de contratação	1.019	-	1.143	-
Estorno de despesa de contratação	859	-	859	-
Despesas diferidas de novas captações	-	-	(1.595)	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de Mais Valia	36.858	(719)	-	-
Atualização de obrigações com aquisição	-	-	60	49
Atualização monetária de demandas judiciais	-	-	-	877
Estorno de provisão para demandas judiciais	-	-	(877)	-
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	583	465
Baixa do ativo imobilizado	-	-	72.059	1.183
Reconhecimento da compra vantajosa	-	-	-	(4.210)
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais&lt;/</b>				

## VIOLÊNCIA

# Policiais em serviço mataram 142 pessoas em três meses

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Policiais militares e civis em serviço mataram 142 pessoas no primeiro trimestre deste ano, no estado de São Paulo. Foram cinco vítimas a mais do que no mesmo período de 2025. Considerando os policiais fora de serviço, as mortes aumentaram de 29 para 33, no mesmo período de comparação.

Especialistas alertam para o alto patamar de óbitos em decorrência de intervenção policial. O levantamento foi feito pela Agência Brasil, a partir de relatório dinâmico divulgado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

O Grupo de Atuação Especial de Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp) do MPSP divulga dados das mortes em decorrência de intervenção policial. As informações são repassadas diretamente pelas polícias Civil e Militar à promotoria, conforme determinações legais e resolução da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP).

Considerando somente a Polícia Militar, em serviço, o número de vítimas da letalidade policial se manteve em 134 no primeiro trimestre de 2026, mesmo número registrado em 2025. Já os policiais militares fora de serviço mataram 29 pessoas de janeiro a março deste ano, três a mais do que no mesmo período do ano passado.

O ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Mauro Caseri, afirmou que segurança pública eficaz é aquela que reduz a violência preservando vidas. Ele avaliou que a ausência de políticas robustas de saúde mental para os poli-

ciais e a insuficiência de mecanismos efetivos de controle e avaliação do uso da força contribuem para a perpetuação do cenário de alta da letalidade policial.

Caseri apontou que a combinação de baixos salários, sobrecarga de trabalho decorrente dos chamados bicos e o avanço do adoecimento mental na tropa cria um ambiente de risco para a população e para os próprios policiais. "Cria uma polícia do confronto. Precisamos de uma polícia que resolva conflitos", concluiu o ouvidor.

O presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Adilson Santiago, avalia que o Estado de São Paulo vive uma crise da segurança pública. "São os números que impressionam pelo aumento da letalidade policial e da violência policial, pelo aumento da incapacidade de uma polícia que deveria ser preparada para proteger a população, mas vem violando direitos", disse.

Ele destaca que "existe um apartheid social para uma população direcionada: pessoas negras e da periferia, portanto, um público direcionado, em regiões direcionadas, que sofrem pela insegurança (promovida) por aqueles que deveriam nos dar a segurança."

"O que a gente percebe é cada vez mais um despreparo. Pelo visto, não tem formação, não tem um comando que possa de fato auxiliar e conduzir as forças policiais para formar uma polícia que seja mais humanizada, uma polícia que possa entender as reais dificuldades da sociedade e trabalhar à altura dos desafios que hoje estão colocados",

disse Santiago.

O número de mortes cometidas por policiais militares em serviço teve uma trajetória de queda no governo anterior, de 2019 até 2022. Os registros passaram de 720 para 262, no período, o que representou redução de 63,6%, segundo os dados do Ministério Público.

No entanto, desde 2023, no atual governo, o número de vítimas da letalidade policial vem aumentando anualmente. Em 2023, primeiro ano da gestão atual no estado, 357 pessoas foram mortas por policiais militares em serviço, um acréscimo de 95 vítimas em relação ao ano anterior.

Em 2024, o número desse tipo de mortes deu um salto, chegando a 653 registros, o que representou alta de 83% em relação ao ano anterior. No ano seguinte, novo acréscimo elevou os registros para 703 mortos.

"O aumento da letalidade policial que se verifica em diversos indicadores não pode ser naturalizado nem tratado como efeito colateral inevitável da atividade policial. Os dados indicam um problema estrutural que exige enfrentamento direto", disse o ouvidor da Polícia.

Ele destacou que o aumento da letalidade não pode ser interpretado como indicador de eficiência.

Para combater a alta da letalidade policial, Mauro Caseri defende que é urgente enfrentar a precarização das condições de trabalho policial; efetivar e fiscalizar o uso das câmeras portáteis dos agentes; revisar práticas operacionais e protocolos de uso da força; ampliar a transparência e a responsabilização de toda a cadeia de comando en-

volvida em uma ocorrência.

Ele acrescentou que parte significativa dos profissionais opera sob fadiga crônica, pressão psicológica elevada e suporte institucional insuficiente. Diante disso, o ouvidor defende a instituição de políticas obrigatórias e contínuas de cuidado em saúde mental. "Sem essas medidas, o risco é a consolidação de um modelo de segurança que amplia a violência em vez de reduzi-la", finalizou.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria da Segurança Pública do estado disse que "todas as ocorrências de mortes por intervenção policial são rigorosamente investigadas, com acompanhamento das correções, do Ministério Público e do Poder Judiciário."

"Paralelamente, o Estado tem adotado medidas contínuas para redução da letalidade, como o aperfeiçoamento de protocolos operacionais, capacitação dos agentes e ampliação do uso de tecnologias e equipamentos de menor potencial ofensivo, como espargidores, bastões retráteis e armas de incapacitação neuromuscular, cujos investimentos superaram R\$ 27,8 milhões na aquisição de mais de 3.500 unidades desse tipo", disse, em nota.

Segundo a SSP, o total de câmeras operacionais portáteis está sendo ampliado para 15 mil. "Programas como o Muralha Paulista integram tecnologia, inteligência e bancos de dados para aumentar a eficiência das ações e reduzir a necessidade do uso da força", informou, acrescentando que são mais de 125,5 mil câmeras interligadas e mais de 70% da população paulista coberta pelo sistema.

## SAÚDE

# Butantan passará a produzir vacina contra chikungunya

AE

O Instituto Butantan divulgou ontem que recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fabricar localmente a vacina contra chikungunya. Aprovado no Brasil em abril de 2025, o imunizante é produzido atualmente nas fábricas da farmacêutica franco-austríaca Valneva, parceira no desenvolvimento do produto.

Com a autorização da Anvisa, a expectativa é que a Butantan-Chik possa ser incorporada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que hoje oferece o imunizante apenas em algumas localidades.

"Ao executar a maior parte do processo de fabricação, o Instituto Butantan, por ser uma instituição pública, poderá entregar a vacina com um preço menor e mais acessível, com a mesma qualidade e segurança", afirma em nota Esperança Kallás, diretora do instituto.

A vacina do Butantan e da Valneva foi a primeira a ser registrada contra chikungunya no mundo. Além do Brasil, ela também foi aprovada pelas autoridades de saúde do Canadá, Europa e Reino Unido.

Os registros foram concedidos após a divulgação dos resultados de um estudo com 4 mil voluntários de 18 a 65 anos. A pesquisa apontou que 98,9% dos participantes produziram anticorpos neutralizantes e que o imunizante era bem tolerado e demonstrava

bom perfil de segurança, com eventos adversos leves e moderados, sendo os mais relatados dor de cabeça, dor no corpo, fadiga e febre.

O vírus da chikungunya é transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que transmite dengue e zika. A doença pode causar febre de início súbito (acima de 38,5°C) e dores intensas nas articulações dos pés e das mãos, além de dor de cabeça, dor muscular e manchas vermelhas na pele.

Segundo o Ministério da Saúde, foram registrados 126.930 casos prováveis da doença no país no ano passado, com 125 mortes. Outros 41 óbitos seguem em investigação.

Neste ano, a pasta já contabiliza 37.660 casos prováveis e 21 óbitos confirmados, entre eles de moradores de Dourados (MS), que declarou emergência pela doença.

Em março, a cidade foi incluída em uma estratégia piloto de vacinação conduzida pelo ministério em parceria com o Butantan. O objetivo é aplicar o imunizante, pelo SUS, em municípios com alta incidência de chikungunya.

No Estado de São Paulo, o modelo engloba as cidades de Mirassol, onde o projeto teve início em fevereiro, e de Bady Bassitt, que iniciou a vacinação com a Butantan-Chik no último dia 22. Nesses municípios, qualquer morador de 18 a 59 anos pode se vacinar gratuitamente contra a doença nas unidades básicas de saúde.

# São Paulo amplia público-alvo da vacinação contra a dengue

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo ampliou ontem o público-alvo da vacinação contra a dengue. Agora, todos os profissionais da saúde e também pessoas com 59 anos de idade podem receber o imunizante do Instituto Butantan.

A vacinação também segue disponível para trabalhadores da atenção primária e adolescentes entre 10 a 14 anos. Para

os adolescentes, a vacinação ocorre em esquema de duas doses com o imunizante QDenga.

Os públicos elegíveis podem se vacinar nas unidades básicas de Saúde (UBS) de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 19h, e nas assistências médicas ambulatoriais integradas, no mesmo período, além de sábados e feriados.

## Nota

## GREVE: REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ENCERRA NEGOCIAÇÃO COM ESTUDANTES

A Universidade de São Paulo (USP) informou ontem que encerrou as negociações com os estudantes da universidade, que estão em greve desde 15 de abril. A decisão acontece depois de três reuniões nos quais foram obtidos avanços, na visão da reitoria. Os estudantes ainda não se manifestaram oficialmente sobre a nova posição da USP. Ontem, eles participaram de uma manifestação na região central da cidade durante a reunião do Conselho de Reitores das Universidades

Estaduais Paulistas (Cruesp). Os estudantes da USP tentam ampliar a paralisação e conseguir apoio da Unesp e Unicamp. "Hoje é o grande dia de unificarmos a luta das universidades estaduais por mais orçamento, permanência e em defesa de uma educação pública de qualidade", diz convocação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) nas redes sociais. Estudantes de 104 cursos da USP continuam em greve, segundo o DCE. O principal ponto de divergência entre a USP e os alunos é o aumento do valor do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), principal política de assistência socioeconômica da USP.

## ASSIM

# A Anvisa reconhece dois hospitais do grupo Assim saúde que alcançam 100% em boas práticas assistenciais

Avaliação Nacional das Práticas de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde reconheceu dois dos nossos hospitais: Hospital Memorial Fuad Chidid e Hospital Memorial de São Cristóvão, que alcançaram a marca de 100% de conformidade em boas práticas assistenciais. O resultado reforça o compromisso do Grupo Assim com a segurança do paciente, qualidade do cuidado e melhoria contínua dos processos hospitalares. Para Denise Filgueira (foto), Presidente da companhia, o reconhecimento representa o esforço coletivo de toda a rede. "É um reconhecimento muito importante para todo o nosso grupo. Na verdade, é o resultado do esforço de todos em busca de servir nossos beneficiários superando a qualidade assistencial, investimento em equipamentos, estrutura física e educação continuada", afirma.

No estado do Rio de Janeiro, o reconhecimento foi reforçado em evento promovido pela Secretaria de Estado de Saúde — SES-RJ, que reuniu representantes de unidades públicas e privadas para destacar avanços na cultura de segurança do paciente e na qualidade assistencial. Segundo a SES-RJ, a certificação faz parte de uma estratégia nacional que valoriza o empenho das instituições de saúde na consolidação de práticas cada vez mais seguras. A Anvisa informa que os serviços que atingem 100% de conformidade recebem destaque específico, enquanto a classificação de alta conformidade contempla resultados entre 67% e 100%.

Para Denise Filgueira, o reconhecimento vai além de uma certificação técnica: "A conquista reforça o compro-



DIVULGAÇÃO

misso do Grupo Assim com a segurança do paciente, a qualidade assistencial e a melhoria contínua dos processos hospitalares. Mais do que um reconhecimento técnico, esse resultado traduz o trabalho diário de equipes multiprofissionais dedicadas a oferecer atendimento cada vez mais seguro, responsável e qualificado."

O CEO do grupo, Pasquale Caruana, acredita que "o reconhecimento fortalece a confiança construída com pacientes, familiares, colaboradores e parceiros, reafirmando o papel da rede própria na oferta de uma assistência hospitalar baseada em protocolos, monitoramento contínuo e cultura permanente de excelência."

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM QUATRO SÉRIES DA 185ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Quatro Séries da 185ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) A 4ª (Quarta) Série Da 185ª (Centésima Oitogésima Quinta) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Colmeia Le Jardin Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.", ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reuñem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 8.1.1, subitem (i), do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, em 4 (Quatro) Séries, Com Garantias Reais E Fidejussórias, Para Colocação Privada, Da Colmeia Le Jardin Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda." ("Nota Comercial"), outrossim a Cláusula 9.1.1, subitem (i), do Termo de Securitização, em razão do descumprimento da apresentação do termo de liberação da garantia de cessão fiduciária, referente ao Imóvel Matrícula Mãe prestada no âmbito da 7ª (sétima) emissão, em série única, da Reit Securitizadora S.A., conforme a Cláusula 5.7, item (t), das Notas Comerciais, bem como a Cláusula 5.4, item (t), do Termo de Securitização; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 8.1.1, subitem (t), da Nota Comercial, em decorrência da ausência do registro do 1º (primeiro) Aditamento a Nota Comercial, conforme as Cláusulas 2.4, 2.4.1 e 2.4.1.1, do referido instrumento; (iii) Caso aprovado o item "i" e "ii" acima, conceder o prazo adicional de 30 (trinta) dias, a contar da formalização da ata, para o cumprimento da obrigação e da condição precedente referida; (iv) Ratificar o cumprimento intempestivo das Condições Precedentes, conforme a Cláusula 5.7, da Nota Comercial; (v) Aprovar a alteração da Cláusula 5.7, item (t), da Nota Comercial, para que passe a vigorar conforme a seguir: "5.7. (t) apresentar o termo de liberação da garantia de cessão fiduciária referente ao Imóvel Matrícula Mãe, prestada no âmbito da 7ª (sétima) emissão, em série única, da Reit Securitizadora S.A." (vi) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [assim@canalassim.com.br](mailto:assim@canalassim.com.br), com cópia para o e-mail [juridico@canalassim.com.br](mailto:juridico@canalassim.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI COLMEIA LE JARDIN 185", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. A instrução de voto à distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, e especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalassim.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Na hipótese de celebração de operação compromissada pelos Titulares dos CRI junto a terceiros, o respectivo Titular dos CRI deverá comprovar à Emissora e ao Agente Fiduciário que todos os direitos políticos sobre o ativo, assim entendidos como aqueles relacionados aos direitos de reunião, deliberação, aprovação e reprovação de todo e qualquer tema objeto ou que possa ser objeto de assembleia, permanecem sob sua titularidade e livre exercício, mediante o envio de: (i) declaração dos respectivos Titulares dos CRI; (ii) envio da tela CETIP Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados refletindo as quantidades totais dos CRI na data da publicação do edital de convocação; e (iii) e-mail e/ou contrato com a formalização da referida operação compromissada, a serem analisados e aprovados antes da assembleia. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de maio de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## STF

## Moraes nega pedido de 'Débora do batom' para reduzir pena

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem um pedido da defesa da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como "Débora do Batom", de redução da pena com base na aprovação do PL da Dosimetria no Congresso Nacional. Segundo Moraes, o pedido não se aplica porque a medida ainda não está em vigor.

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de lei que permite a diminuição das penas impostas a condenados por crimes contra a democracia foi derrubado pelo Congresso Nacional na última quinta-feira. Na sexta-feira, a defesa de Débora entrou com o pedido para revisão da pena.

"Não tendo ocorrido, até o momento, nem a promulgação, tampouco a publicação do diploma normativo, que, portanto, não está em vigor. Diante do exposto, nos termos do art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, julgo prejudicado o requerimento da Defesa", escreveu Moraes em despacho publicado ontem.

Débora participou dos ata-

ques golpistas de 8 de janeiro de 2023, com a finalidade de tentar manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder. Conhecida por ter pichado a estátua da Justiça, a cabeleireira foi condenada a 14 anos de prisão pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada.

A lei, entretanto, ainda não está oficialmente em vigor, porque ainda precisa ser promulgada pelo presidente Lula. Depois disso, partidos políticos ou a Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda podem questionar a constitucionalidade da norma perante o STF.

Pela Constituição, após a rejeição de um veto presidencial, o texto retorna ao presidente da República, que tem prazo de 48 horas para promulgar a lei. Caso Lula opte por não assinar a norma nesse período, a atribuição passa automaticamente ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Se ainda assim não houver promulgação, a responsabilidade recai sobre o vice-presidente da Casa.

## CÚPULA

# Reunião Lula-Trump tem peso estratégico, diz Alckmin

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E GUSTAVO NICOLETTA/AE

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (foto) afirmou ontem que o encontro previsto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Washington, esta semana tem peso estratégico para a relação bilateral e para a agenda econômica do Brasil. O presidente Lula tem viagem prevista para Washington na próxima quinta-feira.

Segundo Alckmin, a reunião ocorre em um momento em que o comércio e os investimentos com os norte-americanos seguem relevantes para a economia brasileira, especialmente em setores de maior valor agregado.

"Esse encontro é muito importante porque os Estados Unidos são o terceiro parceiro comercial do Brasil, atrás da China e da União Europeia", disse o vice-presidente após ter participado de evento em comemoração aos 200 anos de relações comerciais entre o Brasil e a Suécia.

Ele destacou a relevância dos EUA vai além do fluxo de comércio. "É o primeiro investidor no Brasil". Alckmin também ressaltou o perfil do que os norte-americanos compram do país,



PAULO PINTO/ABRASIL

citando a aquisição de bens industrializados.

Alckmin voltou a criticar medidas de aumento de tarifas e defendeu um ambiente de maior previsibilidade e cooperação. "A questão tarifária, nós sempre defendemos que tivesse uma relação melhor. Aquele tarifaço não tinha sentido", declarou.

Para reforçar o argumento, o vice-presidente voltou a afirmar

que os EUA registram déficit comercial com muitos países, mas não com o Brasil. Ele citou dados do G20 para sustentar que o Brasil está entre os poucos países com os quais os EUA mantêm saldo positivo.

"Do G20, só três países, os Estados Unidos tem superávit na balança. São eles: Reino Unido, Austrália e Brasil", afirmou, acrescentando que esse superávit ocorre tanto na balança de

serviços, quanto de bens, de produtos.

Por fim, Alckmin disse esperar que a interlocução direta entre o presidente do Brasil e dos EUA ajude a ampliar o entendimento entre os governos. "Eu torço para que essa boa química que ocorreu entre o presidente Lula e o presidente Trump, possa fortalecer ainda mais em benefício de dois grandes países", disse.

## ELEIÇÕES

## TSE lança mascote para atrair jovem com voto facultativo

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Mirando jovens com voto facultativo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou ontem um evento de comemoração dos 30 anos da urna eletrônica com o lançamento do mascote Pilili (personagem em forma de urna eletrônica), painéis para selfies e exposições lúdicas.

Em um auditório com 120 alunos de quatro escolas do Distrito Federal - três públicas e uma privada -, a presidente do TSE, Cármen Lúcia, reforçou o sigilo do voto e a segurança das urnas e fez um apelo para que os estudantes votem no pleito de outubro.

Na abertura do evento, Cármen disse que o mascote Pilili vai "andar pelo Brasil" em uma campanha para reforçar a confiança nas eleições. "A urna é sua, é do Brasil e são vocês que têm que defendê-la, porque é a defesa da democracia feita por todos nós", disse a presidente do TSE.

"O que nós queremos é que cada vez mais, quem chegar a ter 16 anos até 4 de outubro possa votar e ser um verdadeiro cidadão, que diz quem ocupará os cargos de direção do país", afirmou.

No evento, foi distribuído um guia para simulação do

voto com personagens no lugar de candidatos. A disputa presidencial no 2º turno é exemplificada por uma chapa composta por futebol e polo aquático contra forró e pagode.

Em seguida, o coordenador de Tecnologia Eleitoral, Rafael Azevedo, apresentou o funcionamento da urna, citou curiosidades sobre o equipamento e tirou dúvidas de alunos e professores. Ele abriu um modelo de urna (fechada com três parafusos), mostrou seus componentes e explicou os diferentes procedimentos que atestam sua segurança. "A gente quer ser auditado e que as pessoas vejam com próprios olhos que a urna é auditável", afirmou Azevedo.

Segundo Azevedo, que trabalha há mais de 30 anos no TSE, o sistema da urna é "extremamente seguro e, se houver qualquer vulnerabilidade, a gente permite que a sociedade sugira alterações".

Ele ainda reforçou que o código-fonte dos sistemas eleitorais fica disponível durante um ano para fiscalização por entidades da sociedade civil, universidades e partidos, entre outros. Os sistemas continuam abertos para inspeção na sede do Tribunal até setembro.

## Nota

### APÓS CIRURGIA NO OMBRO, BOLSONARO RECEBE ALTA E VOLTA PARA PRISÃO DOMICILIAR NO DF

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou ontem o Hospital DF Star, em Brasília, após passar três dias internado para realizar uma cirurgia no ombro direito. Ele retorna para sua residência, no condomínio Solar de Brasília, onde cumpre prisão domiciliar. Bolsonaro foi internado na sexta-feira, para ser submetido a uma cirurgia de reparo artroscópico do manguito rotador à direita. O procedimento levou três horas, conforme o cardiologista da equipe, Brasil Caiado, afirmou no mesmo dia. A cirurgia precisou ser autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, porque Bolsonaro cumpre prisão domiciliar. O ex-presidente foi condenado a 27 anos e três meses de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

## Ministro da Fazenda defende parceria com EUA contra o crime organizado

EDUARDO LAGUNA E FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, confirmou que deverá acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para Washington, para encontro na Casa Branca com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em suas redes sociais, o filho do ex-presidente Jair Bol-

sonaro (PL) chamou Lula de "malandro". "Ué, mas não era o Flávio Bolsonaro o cara do imperialismo yankee? E a narrativa de Lula defender a soberania nacional? A verdade é que Lula, malandro que é, fez um discurso para a militância e outro para as elites. Entre um e outro existe um abismo!", escreveu Eduardo em seu

perfil em uma rede social. A fala faz referência ao discurso do presidente Lula em defesa da soberania nacional e de que o Brasil deve ser tratado de forma igualitária pelos Estados Unidos. Além disso, o petista vem acusando Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, de ser submisso a Donald Trump.

te tem explicado que não são temas novos, o Brasil tem endereçado isso", prosseguiu. No que se refere ao combate ao crime organizado, Durigan defendeu uma parceria com os EUA. "Eu próprio anunciei junto com a Polícia Federal, há algumas semanas atrás, uma primeira medida que era inédita no país, em que a gente passa a trocar informação com a aduana

norte-americana. A gente tem muita arma dos Estados Unidos para o Brasil, muita droga sintética e é do nosso interesse fazer o combate a esse tipo de malfeito, que é levado pelo crime organizado".

O titular da Fazenda completou dizendo que sua expectativa, caso a viagem se confirme, é de uma agenda "muito positiva e muito propositiva".

## Ex-deputado Eduardo Bolsonaro ironiza encontro entre os dois presidentes

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro ironizou ontem a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para Washington, para encontro na Casa Branca com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em suas redes sociais, o filho do ex-presidente Jair Bol-

sonaro (PL) chamou Lula de "malandro".

"Ué, mas não era o Flávio Bolsonaro o cara do imperialismo yankee? E a narrativa de Lula defender a soberania nacional? A verdade é que Lula, malandro que é, fez um discurso para a militância e outro para as elites. Entre um e outro existe um abismo!", escreveu Eduardo em seu

perfil em uma rede social.

A fala faz referência ao discurso do presidente Lula em defesa da soberania nacional e de que o Brasil deve ser tratado de forma igualitária pelos Estados Unidos. Além disso, o petista vem acusando Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, de ser submisso a Donald Trump.

Na quinta-feira, Lula deve se encontrar com Trump na Casa Branca para tratar de tarifas. A visita vinha sendo adiada desde março, quando os governos não encontraram uma data para a pretendida reunião, articulada desde o fim do ano passado e combinada em janeiro, em telefonema entre Lula e Trump.

## FUNDOS

## Dino questiona atuação conjunta da CVM e BC para impedir fraudes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), questionou ontem a atuação conjunta do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fiscalizar fundos de investimentos que são usados para lavagem de dinheiro.

Dino é relator de uma ação que trata da atuação da CVM e presidiu uma audiência pública para tratar do caso, que foi parar no Supremo a partir de uma ação do partido Novo. A legenda contesta a constitucionalidade da taxa de fiscalização do órgão. Sem citar as fraudes envol-

vendo o Banco Master, o ministro questionou como o Estado brasileiro e o mercado financeiro podem evitar que outro "acidente de tão graves proporções" venha a ocorrer novamente.

"Por que esse sistema não funcionou no caso de fundos que são usados para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) ou do Comando Vermelho (CV)?", indagou.

Durante a audiência, o secretário-executivo do Banco Central, Rogério Antônio Lucca, disse que os órgãos possuem um acordo de cooperação que permite fazer a coordenação entre o sistema financeiro e o mercado

de valores mobiliários. Segundo Lucca, os órgãos fazem quatro reuniões trimestrais por ano.

"Independente do acordo de cooperação, é dever legal de ambos, que, no âmbito de suas competências, assim que identifique alguma irregularidade da competência de qualquer outro órgão, pode ser CVM, Polícia Federal, Coaf, tanto o Banco Central quanto a CVM, eles têm a obrigatoriedade legal de notificar outro órgão. Essa obrigatoriedade é independente de qualquer convênio", esclareceu.

Sem citar o caso Master, o ministro Flávio Dino afirmou que fraudes bancárias são perceptí-

veis e disse que havia um "elefante pintado de azul desfilando na Esplanada".

"Eu me impressiono, não é de hoje. Ando em Brasília, exercendo cargos desde 1999. Eu nunca vi tanto elefante pintado de azul desfilando na Esplanada. Tanta coisa absurda. A minha indagação como servidor do Estado brasileiro é: ninguém viu? Como que ninguém viu? O elefante é grande, está pintado de azul e está desfilando na frente de todo mundo", afirmou.

O ministro também alertou que falhas de fiscalização no mercado financeiro causam danos ao consumidor.



# EBSE ENGENHARIA DE SOLUÇÕES S.A.

CNPJ 33.220.880/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, A administração da EBSE ENGENHARIA DE SOLUÇÕES S.A., submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração com as demonstrações financeiras da sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração.

### Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.403	115	Fornecedores	16	50.165	32.859
Contas a receber	5	35.320	31.338	Antecipações de recebíveis	17	13.496	22.871
Estoques	6	112.059	125.480	Empréstimos e financiamentos	18	8.940	15.388
Adiantamento a fornecedores	7	34.074	21.249	Obrigações trabalhistas	19	16.509	23.198
Impostos e taxas	8	21.775	24.589	Tributos e contribuições	20	5.325	6.835
Partes relacionadas	9	3.361	2.593	Adiantamentos de clientes	21	25.330	30.091
Conta corrente consorciada		166	-	Provisões IR e CSLL		8.683	7.262
Depósitos e cauções	10	-	2.500	Conta corrente consórcio		-	842
Créditos de terceiros	11	-	82.469	Outras contas a pagar	22	24.673	26.008
Outros créditos		3.199	12.739	Partes relacionadas	9	6.343	1.850
		215.357	303.072			159.464	167.204
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	18	22.472	9.500
Partes relacionadas	9	1.695	1.692	Fornecedores	16	9.155	10.109
Depósitos judiciais	12	2.676	132	Refis	20	14.447	14.519
Títulos a receber LP	5	12.880	-	Tributos e contribuições	20	87.970	55.698
Créditos judiciais	13	7.916	-	Provisões para contingências	23	7.424	6.742
Créditos de terceiros	11	92.905	-			141.468	96.569
		118.072	1.824	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	14	12.980	3.600	Capital social	25	66.980	66.980
Imobilizado	15	26.921	27.349	Reserva de lucros		5.757	1.312
Intangível		195	195	Reserva de reavaliação		468	468
		158.168	32.968	Ajuste de avaliação patrimonial		3.507	3.507
<b>Total do ativo</b>		373.525	336.040	Prejuízos acumulados		(4.119)	-
						72.593	72.267
				<b>Total do passivo</b>		373.525	336.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	66.980	468	251	3.507	(821)	70.385
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.874	5.874
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(3.992)	-	(3.992)
Constituição de reserva legal	-	-	253	-	(253)	-
Transferência para reserva de lucro	-	-	-	4.800	(4.800)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	66.980	468	504	808	-	72.267
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.445	4.445
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(4.119)	(4.119)
Constituição de reserva legal	-	-	222	-	(222)	-
Transferência para reserva de lucro	-	-	-	4.223	(4.223)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	66.980	468	726	5.031	(4.119)	72.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

**1- Contexto Operacional:** Fundada em 1913, a EBSE é uma sociedade anônima de capital fechado com atuação na fabricação de tubos de aço de grandes diâmetros com costura, equipamentos de caldearia pesada, spools, módulos de processo e na prestação de serviços de engenharia, montagem industrial, integração, comissionamento e manutenção. Sua principal planta industrial, localizada no Rio de Janeiro, permanece como ativo relevante em função da capacidade instalada, flexibilidade operacional e potencial de adaptação a diferentes composições de demanda. **Situação atual da Companhia:** No exercício de 2025, o ambiente de negócios foi marcado por uma combinação de maior previsibilidade no cenário doméstico e incerteza externa ainda elevada. No Brasil, o setor de óleo e gás manteve fundamentos relevantes para a cadeia industrial, com expectativa da ANP de aproximadamente R\$ 609 bilhões em investimentos na fase de produção entre 2025 e 2029, sendo cerca de R\$ 140 bilhões apenas em 2025. Ao mesmo tempo, o cenário global permaneceu mais seletivo, com crescimento econômico em fase de maior cautela, em razão de tensões comerciais, mudanças de política econômica e incertezas geopolíticas. No setor de energia, houve expectativa de retração de investimentos globais em upstream de petróleo em 2025, refletindo revisão de demanda e pressão sobre preços. Nesse contexto, a Companhia mantém atuação também nos segmentos de saneamento e indústria de defesa, que apresentam perspectivas de investimento relevantes no médio e longo prazo. No saneamento, há projetos em estruturação e investimentos previstos, enquanto na indústria de defesa observa-se aumento de investimentos e gastos em nível global. Após a conclusão do processo de recuperação judicial, com a baixa do procedimento em agosto de 2023, a Companhia encontra-se em fase de consolidação operacional e reposicionamento de suas atividades.

**2- Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Em 2025 e 2024 a Empresa não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 14 de abril de 2026 a diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes:

**3- Principais Práticas Contábeis: a. Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, incluindo, dessa forma, as receitas ganhas no período e os correspondentes custos, encargos e despesas incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis nos ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas. Essas premissas incluem o valor residual do imobilizado, estoques, tributos e contribuições, provisões trabalhistas e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são representadas por investimentos temporários de curto prazo e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do balanço, que se aproxima ao valor de mercado, em conformidade com o CPC nº 38 a 40. **d. Contas a receber de clientes:** Representadas principalmente por fornecimentos de bens de capital e serviços. O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo. **e. Estoques:** Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o seu valor de mercado ou custo de reposição. **f. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base nas demonstrações contábeis das investidas. As edificações mantidas para obtenção de renda ou valorização de capital são mensuradas ao valor justo, com base em laudos de avaliação elaborados por especialistas independentes. **g. Imobilizado:** O imobilizado em operação está registrado pelo valor de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado pelos efeitos de reavaliações feitas em 2010, baseadas em laudos técnicos emitidos por peritos independentes. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na estimativa de vida útil econômica dos bens. **h. Intangível:** Os ativos intangíveis são representados, substancialmente, por licenças de uso de softwares, registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, definida em cinco anos. **i. Ajuste a valor presente:** A Administração avaliou os ativos e passivos financeiros, circulantes e não circulantes, e concluiu que não há valores relevantes que demandem ajuste a valor presente, em conformidade com o CPC 12. **j. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment):** Os ativos da Empresa são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e se houver a mesma é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2025 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia. **k. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **l. Salários e encargos:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **m. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para perdas consideradas prováveis, decorrentes de processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, com base na avaliação da Administração e de seus assessores legais. As provisões são mensuradas pelo valor estimado necessário para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 25. **n. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro real para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240.000 ao ano, enquanto a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9%. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos de acordo com a legislação vigente.

**4- Caixa e Equivalentes de Caixa:** Representado por recursos disponíveis e aplicações financeiras, a saber:

	2025	2024
Caixa	54	2
Bancos conta movimento	5.023	80
Aplicações financeiras	326	33
	5.403	115

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 5.403 mil, comparativamente a R\$ 115 mil em

31 de dezembro de 2024. A variação reflete melhora relevante na posição de liquidez de curto prazo ao encerramento do exercício, com aumento dos recursos disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras.

**5- Contas a Receber:** Do montante de R\$ 12.880 registrado no ativo não circulante, na rubrica de contas a receber de longo prazo, refere-se a valores decorrentes de vendas já incorridos e devidamente faturados em âmbito judicial. A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e no estágio atual dos processos, entende que a realização desses créditos ocorrerá no prazo estimado de até 02 anos. Considerando as evidências disponíveis na data-base das demonstrações financeiras, a Administração concluiu não ser necessária a constituição de provisão para perdas sobre tais saldos.

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Clientes nacionais	35.320	31.082
Clientes estrangeiros	-	256
	35.320	31.338

	2025	2024
<b>Ativo não circulante</b>		
Clientes nacionais	12.880	-
	12.880	-

**6- Estoques**  
Os estoques estão representados por produtos em elaboração, matérias-primas e materiais de terceiros vinculados à operação da Companhia, registrados ao custo de aquisição ou produção, observados os critérios de recuperabilidade aplicáveis. A composição dos saldos em 31 de dezembro é a seguinte:

	2025	2024
Matéria prima	17.941	70.473
Materiais confiados a terceiros	16.919	27.012
Mat. terceiros em nosso poder	20.481	25.108
Produtos em elaboração	56.718	2.886
	112.059	125.480

	2025	2024
<b>7- Adiantamento a Fornecedores</b>		
Os adiantamentos estão representados por:		
Adiantamentos nacionais	25.276	14.052
Adiantamentos estrangeiros	8.798	7.197
	34.074	21.249

**8- Impostos e Taxas:** Os créditos tributários da Companhia estão representados por tributos a recuperar, retenções incidentes sobre operações e direitos creditórios tributários com expectativa de realização futura, incluindo valores amparados por decisão judicial transitada em julgado. A composição dos saldos em 31 de dezembro é a seguinte:

	2025	2024
ICMS	39	131
IPI	514	402
IR Terceiros	1.000	-
IR Aplicações Financeiras	16	-
Pis e COFINS Não Cumulativo	722	2.516
CSLL Terceiros	846	-
PIS e COFINS Terceiros	-	63
Reintegra	-	519
INSS Retido	24	22
SD Negativo CSLL 2014	-	2
PIS e COFINS Base ICMS Trânsito em Julgado	18.615	20.934
	21.775	24.589

**9- Partes Relacionadas:** As operações da Companhia com partes relacionadas, conforme descrito nas demonstrações financeiras, não envolvem a incidência de juros, encargos financeiros ou atualizações monetárias. Essas transações são realizadas com base nas condições acordadas entre as partes, sendo registradas de acordo com os valores acordados no momento da transação.

	Ativo	Passivo
	2025	2024
EBSE Real Estate	185	850
ES3 EBSE Shaw Spool Solutions	2.819	1.743
EBSE Gestão	1.695	1.692
Pipewave	357	-
Sócios	-	6.343
	5.056	4.285
Circulante	3.361	2.593
Não circulante	1.695	1.692

**10- Depósitos e Cauções:** O saldo em depósitos e cauções no exercício anterior encontra-se reclassificado para depósitos judiciais. Refere-se ao valor da guia de depósito judicial para garantia de participação no leilão da empresa Schulz América Latina.

	2025	2024
Depósitos e cauções	-	2.500
	-	2.500

**11- Créditos com Terceiros:** Os créditos com terceiros referem-se, principalmente, a direitos creditórios vinculados ao processo de recuperação judicial da Schulz, adquiridos junto ao Banco do Brasil, além de outros créditos classificados de acordo com sua expectativa de realização. Em 2025, a Companhia promoveu a reclassificação do crédito relacionado à Schulz, no montante de R\$ 82.469 mil, do ativo circulante para o ativo não circulante, refletindo avaliação mais aderente ao prazo esperado de realização econômica do ativo. Adicionalmente, foi reconhecido no ativo não circulante o montante de R\$ 10.436 mil referente ao crédito denominado Estrutural, totalizando R\$ 92.905 mil em créditos com terceiros de longo prazo ao encerramento do exercício. A evolução dessa rubrica reforça a manutenção de direitos relevantes no ativo da Companhia e evidencia potencial de recuperação econômica futura, ainda que vinculada aos desdobramentos jurídicos e negociais aplicáveis. No âmbito da recuperação judicial da Schulz, houve avanço processual com a homologação judicial da proposta da EBSE como vencedora do procedimento competitivo para aquisição da UPI, o que contribui positivamente para a segurança jurídica da operação.

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Schulz	-	82.469
	-	82.469
<b>Ativo não circulante</b>		
Schulz	82.469	-
Estrutural	10.436	-
	92.905	-

	2025	2024
<b>12- Depósitos Judiciais</b>		
Depósitos de contingências trabalhistas	95	95
Depósitos de contingências cíveis	2.581	37
	2.676	132

Os depósitos judiciais trabalhistas referem-se a reclamatórias movidas por ex-funcionários da Empresa. Os depósitos judiciais cíveis referem-se basicamente a ações reclamatórias sobre a qualidade dos serviços prestados e de ações indenizatórias e ao valor da guia de depósito judicial para garantia de participação no leilão da empresa Schulz América Latina, que no exercício anterior estava como depósitos e cauções.

**13- Créditos Judiciais:** A Companhia possui crédito judicial decorrente de ação de repetição de indébito referente à devolução de valores de tarifas de esgoto pagos indevidamente à CEDAE, transitado em julgado em 14 de maio de 2025. Com isso, a Administração entende que houve fortalecimento da segurança jurídica associada ao crédito, permanecendo sua realização condicionada aos procedimentos processuais e executórios aplicáveis. A Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, avalia periodicamente a classificação contábil, a men-

## DIRETORIA

Marcelo Noto Bonilha - Diretor Presidente  
Henrique Cordeiro Gonçalves - Diretor Superintendente

### Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas e serviços	26	201.229	153.549
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(161.493)	(107.198)
Resultado bruto		39.736	46.351
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	27	(23.481)	(24.880)
Depreciação		(662)	(616)
Resultado de equivalência patrimonial		187	(253)
Outras receitas/despesas	28	23.335	6.184
		(621)	(19.565)
Lucro antes do resultado financeiro		39.115	26.786
Resultado financeiro, líquido	29	(33.251)	(19.008)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.865	7.778
Imposto de renda e contribuição social		(1.420)	(1.903)
Lucro líquido do exercício		4.445	5.874
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		0,44	0,59
Demonstração do EBITDA:			
Lucro líquido do exercício		4.445	5.874
Contribuição social e imposto de renda		1.421	1.904
Resultado de equivalência patrimonial		(187)	253
Depreciação		1.148	1.118
Resultado financeiro, líquido		33.251	19.008
EBITDA		40.077	28.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.445	5.874
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa e equivalentes		
de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(187)	253
Provisão para contingências	682	(5.136)
Depreciação e amortização	1.148	1.118
	6.088	2.109

	2025	2024
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Contas a receber de clientes	(16.863)	(13.686)
Estoques	13.421	(22.774)
Impostos e taxas	2.813	(280)
Depósitos Judiciais	(44)	(1.723)
Adiantamento a fornecedores	(12.825)	(6.105)
Créditos de terceiros	(10.436)	(1.201)
Partes relacionadas	3.722	1.176
Conta corrente consorciada	(1.008)	886
Outras contas a receber	9.540	3.874
Créditos Judiciais	(7.916)	-
F		



## EBSE ENGENHARIA DE SOLUÇÕES S.A.

CNPJ 33.220.880/0001-60

### DIRETORIA

Marcelo Noto Bonilha - Diretor Presidente  
Henrique Cordeiro Gonçalves - Diretor Superintendente

celamentos de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e taxas diversas (a)	5.325	87.970	6.835	55.698
Refis (b)	-	14.446	-	14.519
	5.325	102.416	6.835	70.217

(a) Em 2025, a Companhia apresentou saldo total de R\$ 107.741 em tributos e contribuições, dos quais R\$ 102.416 estão classificados no passivo não circulante. A variação relevante em relação a 2024 está relacionada, principalmente, à formalização de novos parcelamentos tributários, que resultaram no alongamento do perfil da dívida e na reclassificação de parte das obrigações para o longo prazo. (b) Refere-se a dívidas Consolidadas no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), decorrentes de débitos com a PGFN e INSS.

**21- Adiantamentos de Clientes:** Os adiantamentos de clientes referem-se a valores efetivamente recebidos por conta de obras a serem entregues no futuro. Não há prazos estabelecidos nem encargos financeiros e estão assim representados:

	2025	2024
Credeiros Nacionais	25.330	29.997
Credeiros Estrangeiros	-	94
	25.330	30.091

**22- Outras Contas a Pagar:** Outras contas a pagar referem-se a materiais de terceiros em nosso poder, por conta de obras a serem entregue no futuro. Não há prazos estabelecidos nem encargos financeiros e estão assim representados:

	2025	2024
Outras contas a pagar	24.673	26.008
	24.673	26.008

**23- Provisão para Contingências:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os valores provisionados cuja

classificação de perda é provável estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Contingências trabalhistas	3.219	2.924
Contingências cíveis	4.205	3.818
	7.424	6.742

**24- Passivos Contingentes:** Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exame de autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

**25- Capital Social:** O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 66.980, dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Aos acionistas é assegurado, nos termos do estatuto social, o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária.

	2025	2024
<b>26- Receita de Vendas e Serviço</b>		
Receitas Operacional Bruta	226.531	181.212
Impostos incidentes	(21.810)	(10.116)
Devoluções	(3.492)	(17.547)
Receita operacional líquida	201.229	153.549

**27- Despesas Administrativas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de despesas administrativas estava representado como segue:

	2025	2024
Pessoal	9.714	10.630
Serviço de terceiros	7.119	8.538
Viagens e estadias	797	785
Outros	5.851	4.927
	23.481	24.880

### 28- Outras Receitas/Despesas

	2025	2024
Receita - crédito com terceiros (a)	7.236	-
Reversão de provisão	(520)	-
Crédito Presumido ICMS LEI 8960/20	8.519	5.076
Receita - créditos judiciais (b)	7.915	-
Outros	185	1.108
	23.335	6.184

(a) O valor se refere a receita na aquisição de direito de créditos adquiridos da Schulz América Latina Importação e Exportação Ltda. - em Recuperação

Judicial. (b) O valor se refere a receita oriunda do êxito na ação de devolução de valores de tarifas de esgoto pagos indevidamente à CEDAE. Processo 0122164-03.2016.8.19.0001 Trânsito em Julgado.

	2025	2024
<b>29- Resultado financeiro líquido</b>		
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros recebidos	3	225
Descontos obtidos	1.012	1.816
Variação cambial	90	1.370
Diversas	229	19
	1.334	3.430

	2025	2024
<b>Despesas financeiras:</b>		
Juros e comissões bancárias	(16.168)	(10.658)
Descontos concedidos	(760)	(1.275)
Multas e juros Impostos	(15.173)	(8.086)
Multas e juros	(1.421)	(1.598)
Outras despesas	(1.063)	(821)
	(34.585)	(22.438)
	(33.251)	(19.008)

### Resultado financeiro líquido

**30- Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados no balanço, tais como, disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, contas a receber de clientes, transações com partes relacionadas, fornecedores, adiantamentos etc., se aproximam, substancialmente de seus correspondentes valores de mercado e foram contratados em condições normais de mercado. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não aplicou em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

**31- Seguros (não auditados):** A Companhia mantém apólices de seguros nas modalidades de máquinas, veículos e responsabilidade civil para a fábrica, contra incêndio, roubo e responsabilidade civil, salvaguardando prédios, móveis, máquinas e veículos. O valor total segurado em 31 de dezembro de 2025 é julgado suficiente pela Administração.

**32- Eventos Subsequentes:** Em abril de 2026, foi homologado parcelamento de débitos tributários previamente solicitado pela Companhia. A Administração avaliou que tal evento não gerou impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo classificado como evento subsequente não ajustável.

Patrícia Cardoso dos Santos  
Contadora - CRC/RJ 093521/O-6

As Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria encontra-se na sede da Companhia

## Mundo

### PESQUISA

# EUA: desaprovação de Trump atinge novo recorde

### ESPECIAL

GEOVANNA HORA/AE

## Apólice por uso avança no Brasil com apoio de dados e amplia oferta de seguros sob demanda



PEXELS

lidade de customizar o produto e usar dados de uso efetivo altera a precificação", afirmou André Gregori, executivo do setor de seguros, ao descrever a mudança em relação aos modelos tradicionais.

Dados de mercado indicam que o modelo tende a crescer nos próximos anos, impulsionado por consumidores que utilizam menos seus veículos ou buscam reduzir custos fixos. A lógica do pagamento proporcional também se alinha a tendências observadas em outros serviços, como assinaturas digitais e mobilidade sob demanda.

### Seguros sob demanda e transformação digital

O crescimento da apólice por uso ocorre em paralelo à digitalização do setor de seguros, com maior presença de insurtechs e produtos contratados de forma online. Nesse contexto, a coleta de dados permite não apenas ajustar preços, mas também incentivar comportamentos considerados menos arriscados, como direção com menor velocidade ou menor uso do celular ao volante.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) tem acompanhado a evolução desses modelos dentro do processo de inovação regulatória. O órgão já indicou que novas tecnologias ampliam a capacidade de desenvolver produtos mais alinhados ao perfil do consumidor e às dinâmicas de uso.

Para o segurado, a principal vantagem está na flexibilidade. O modelo permite contratar cobertura apenas quando necessário, o que pode reduzir custos em casos de uso esporádico. Por outro lado, especialistas apontam que o formato pode não ser vantajoso para quem utiliza o bem com frequência, já que o valor variável tende a aumentar com o uso.

A expansão desse tipo de apólice também levanta discussões sobre privacidade e uso de dados, uma vez que o cálculo do risco depende do monitoramento contínuo do comportamento do cliente. Ainda assim, o movimento indica uma mudança estrutural no setor, com produtos mais flexíveis e baseados em informação em tempo real.

A taxa de desaprovação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atingiu um novo recorde, segundo uma pesquisa do Washington Post-ABC News-Ipsos, divulgada no domingo. O levantamento mostrou que a desaprovação de Trump está em 62%, o maior nível já registrado em seus dois mandatos, enquanto a aprovação é de 37%.

A pesquisa foi realizada online entre 24 e 28 de abril, com 2.560 adultos nos EUA, contatados pelo Ipsos KnowledgePanel. Os resultados, que têm margem de erro de cerca de dois pontos percentuais, foram publicados pelo jornal The Washington Post.

Os entrevistados foram questionados se aprovavam ou desaprovavam a maneira como Trump tem lidado com questões-chaves. A condução do custo de vida nos EUA é o tema com o maior índice de desaprovação, com 76%. Em seguida aparece a forma como o presidente lidou com a inflação, com 72% de desaprovação.

A pesquisa indica queda na popularidade de Trump a apenas seis meses das eleições de meio de mandato, previstas para novembro, o que ameaça a maioria conquistada pelos republicanos no Congresso.

Entre os eleitores registrados, 49% disseram que pretendem votar no candidato democrata de seu distrito para a Câmara, enquanto 45% devem optar por representantes republicanos. No levantamento anterior, reali-

zado em fevereiro, a vantagem dos democratas era de apenas dois pontos percentuais.

Segundo a pesquisa, as ações de Trump no conflito com o Irã foram desaprovadas por 66% dos entrevistados. Em meio à alta dos preços de combustíveis, o presidente também enfrenta 65% de desaprovação na área econômica.

Na semana passada, o preço da gasolina nos EUA atingiu o nível mais alto desde o início da guerra, de acordo com a Associação Automobilística Americana (AAA), que estima que, desde os primeiros ataques americanos e israelenses, o custo para os motoristas subiu 44%.

Um dos principais motivos para a alta nos combustíveis é o bloqueio do Estreito de Ormuz pelo Irã. Antes do conflito, cerca de 20% do petróleo e gás natural liquefeito do mundo passavam pela via marítima, mas esse volume foi drasticamente reduzido desde 28 de fevereiro.

Trump anunciou, no domingo, que os EUA vão escortar navios que estão retidos no estreito desde o começo da guerra. Segundo ele, as embarcações pertencem a países que não têm relação com o conflito.

A pesquisa também mostrou que 65% dos americanos desaprovam a forma como Trump conduz as relações com aliados. Desde o início da guerra, o presidente tem criticado países que, na sua avaliação, não apoiaram as operações militares norte-americanas, como integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

## Presidente chama conflito com o Irã de 'mini-guerra'

THAIS PORSCH/AE

O presidente norte-americano, Donald Trump, afirmou ontem que os Estados Unidos estão prosperando, apesar da "mini-guerra" com o Irã. "Eu chamo de mini guerra, porque é isso que elas são", pontuou.

Em cúpula sobre pequenos negócios na Casa Branca, Trump disse que o bloqueio contra o Irã em Ormuz está dando certo, reiterando que os preços dos combustíveis cairão "drasticamente" assim que o conflito terminar na região.

Trump também comentou estar ansioso para ver o presidente chinês, Xi Jinping, em Pequim, apontando que lembrará seu rival de que os EUA estão liderando a corrida por inteligência artificial (IA). "Temos boa relação competitiva com a China", acrescentou.

O republicano voltou a recla-

mar do reembolso das tarifas feitas com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, em inglês) e bloqueadas pela Suprema Corte do país, mas frisou que já está implementando outras alíquotas.

Em meio às pesquisas de opinião recentes que mostram que os norte-americanos estão cada vez mais insatisfeitos com a guerra contra o Irã, Trump disse que os levantamentos são falsos e compostos por perguntas tendenciosas contra ele.

Enquanto o mandatário fazia seu discurso no Salão Leste, a Casa Branca entrou em lockdown temporário, após um tiroteio nas proximidades envolvendo um policial na 15th Street e Independence Avenue. Em publicação em uma rede social, o Serviço Secreto dos EUA informou que um homem foi baleado pela polícia.